

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-PGLETRAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

HUGO LEONARDO LIMA DE AGUIAR

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS DO BRASIL: uma análise sobre o
idioma, a elite e o (des)respeito**

São Luís
2024

HUGO LEONARDO LIMA DE AGUIAR

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS DO BRASIL: uma análise sobre o
idioma, a elite e o (des)respeito**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Letras, da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Mendes
Bezerra.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Aguiar, Hugo Leonardo Lima.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA
ANÁLISE SOBRE O IDIOMA, A ELITE E O DESRESPEITO / Hugo
Leonardo Lima Aguiar. - 2024.
68 p.

Orientador(a): Jose de Ribamar Mendes Bezerra. Dissertação
(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Língua Portuguesa. 2. Variação Linguística. 3.
Desrespeito Linguístico. I. Bezerra, Jose de Ribamar
Mendes. II. Título.

HUGO LEONARDO LIMA DE AGUIAR

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS DO BRASIL: uma análise sobre o
idioma, a elite e o (des)respeito**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal do Maranhão, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Letras.

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português
Brasileiro e outras Línguas Naturais.

DATA: 26 /12 /2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Ribamar Mendes Bezerra
Universidade Federal do Maranhão
Orientador/Presidente

Profa. Dra. Greize Alves da Silva
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Examinadora Externa

Profa. Dra. Veraluce da Silva Lima
Universidade Federal do Maranhão
Examinadora Externa

Prof. Dr. Wendel Silva dos Santos
Universidade Federal do Maranhão – PGLB
Examinador Externo (Suplente)

Profa. Dra. Heloísa Reis Curvelo
Universidade Federal do Maranhão – PGLB
Examinadora Externa (Suplente)

AGRADECIMENTOS

A Deus, Ele que me concedeu a oportunidade de cursar um mestrado em uma universidade pública e de renome, que colocou as pessoas certas em meu caminho quando comecei a trilhar esse sonho. A Deus, que nunca me deixou desistir mesmo em meio há tantos tropeços e adversidades.

A todos os professores que passaram pela minha vida, da educação básica ao ensino superior, em especial à professora Dr^a. Joelina Maria da Silva dos Santos que foi minha orientadora na pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa e ao professor Me. Manoel Cléber Sampaio Silva que além de me orientar em um artigo foi um grande incentivador rumo ao mestrado. À professora Dr^a. Veraluce da Silva Lima que em momentos difíceis os quais pensei em desistir, abriu as portas de sua própria casa e me orientou, ajudou-me a clarear as ideias e acreditou em mim.

À minha mãe, ela que me educou, que me ensinou as primeiras palavras, que foi minha professora nas primeiras séries do ensino fundamental e também na vida, ela que sempre me incentivou a estudar, dizendo: filho, você pode ter tudo na vida e um dia perder, mas há uma coisa que ninguém jamais poderá te tomar – o conhecimento.

Aos meus colegas da linha 1 do mestrado: Carlos Henrique Alves Silva, Maria Regina Coelho Costa Moraes e Tatiana do Nascimento Cunha e por último, mas não menos importante, ao meu orientador, o professor Dr. José de Ribamar Mendes Bezerra que antes mesmo de eu acreditar em mim, ele já acreditava, incentivava-me, dizia-me que eu era capaz, que estava pronto para cursar o mestrado, ele que todas as vezes que eu precisei esteve ali, orientado-me, ajudando-me a trilhar o melhor caminho, muitas vezes me recebendo em sua casa, quando não, na UFMA, on-line, mas nunca me deixou sozinho. A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre o idioma, a elite e o desrespeito linguístico, com foco nas variedades linguísticas presentes no português falado no Brasil. A pesquisa busca compreender como a variação linguística se relaciona com práticas de desrespeito social, ressaltando a importância da diversidade linguística como elemento fundamental na interação e convivência entre diferentes formas de expressão. Além disso, destaca-se o papel das dinâmicas de poder na hierarquização dessas variedades, muitas vezes marginalizadas em contextos educacionais, midiáticos e sociais. A análise enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar a pluralidade linguística, promovendo práticas que combatam o preconceito linguístico e incentivem uma sociedade mais inclusiva. A pesquisa, de natureza qualitativa e transversal, classificada como básica e exploratória, utilizou um estudo bibliográfico com abordagem analítica, fundamentado em autores renomados da Sociolinguística, como Labov (1983), Bagno (2003) e Alkmim (2001), para discutir a variação linguística, suas implicações sociais e o preconceito linguístico. Apesar de esse tema estar em discussão na Academia, é importante estimular sua abordagem de forma mais ampla, aprofundando-o por meio de outras pesquisas que o tornem mais acessível ao público não acadêmico. É imperativo reduzir o desrespeito linguístico presente na sociedade, muitas vezes encoberto, sobretudo pelas classes dominantes. Este estudo é relevante por abordar a importância do respeito linguístico na sociedade, destacando a necessidade de compreensão e valorização das diversas formas de expressão, e por contribuir para a promoção da diversidade educacional, cultural e social.

Palavras-chave: língua portuguesa; variação linguística; desrespeito linguístico.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between language, the elite, and linguistic disrespect, focusing on the linguistic varieties present in Brazilian Portuguese. The research seeks to understand how linguistic variation relates to practices of social disrespect, highlighting the importance of linguistic diversity as a fundamental element in fostering interaction and coexistence among different forms of expression. Furthermore, it underscores the role of power dynamics in the hierarchization of these varieties, which are often marginalized in educational, media, and social contexts. The analysis emphasizes the need to recognize and value linguistic plurality, promoting practices that combat linguistic prejudice and encourage a more inclusive society. The research, qualitative and cross-sectional in nature, classified as basic and exploratory, utilized a bibliographic study with an analytical approach, grounded in renowned Sociolinguistics scholars such as Labov (1983), Bagno (2003), and Alkmim (2001), to discuss linguistic variation, its social implications, and linguistic prejudice. Although this topic is under discussion in academia, it is essential to encourage its broader dissemination, delving deeper through other studies that make it more accessible to non-academic audiences. Reducing linguistic disrespect, often concealed and perpetuated especially by the dominant classes, is imperative. This study is significant as it addresses the importance of linguistic respect in society, emphasizing the need for understanding and valuing diverse forms of expression, while contributing to the promotion of educational, cultural, and social diversity.

Keywords: portuguese language; linguistic variation; linguistic disrespect.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	VARIEDADE LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL.....	11
2.1	Do Latim ao Português Europeu.....	11
2.2	Do Português Europeu ao Português Brasileiro.....	12
2.3	Língua, norma e gramática.....	18
3	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	22
4	A SOCIOLINGUÍSTICA E AS VARIABILIDADES DA LÍNGUA: uma discussão teórica.....	24
4.1	As variações linguísticas e o respeito às diferenças.....	28
4.2	Variação linguística e ensino.....	31
4.3	Variação e preconceito linguístico.....	34
5	PRESTÍGIO LINGUÍSTICO E ESTIGMATIZAÇÃO.....	38
6	DISCURSO E PODER.....	54
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Nunes e Ferreira (2021, p. 6-7), desde a antiguidade, a língua desempenhou um papel importante na vida do povo grego, por isso considera-se que a linguagem tem sido usada há muito tempo como meio de poder. Ainda hoje, as tradições escolares ensinam que se deve aprender a língua padrão para que os indivíduos possam se comunicar e escrever “corretamente”. Como resultado, as tradições escolares tendem a equiparar a aprendizagem da língua ao estudo da gramática, o que deu origem ao mito de que aprender a língua padrão permitirá que o sujeito fale e escreva “corretamente”.

A variação linguística constitui um fenômeno dinâmico e universal nas sociedades humanas, pois reflete a diversidade cultural, social e histórica que caracteriza os diferentes grupos de falantes. Segundo Bagno (2003), essa pluralidade manifesta-se em aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais, condicionados por fatores como região geográfica, faixa etária, gênero, escolaridade e contexto sociocultural. Nesse sentido, Faraco (2008) afirma que a variação linguística, longe de prejudicar a comunicação, demonstra a vitalidade e a adaptabilidade das línguas, evidenciando sua capacidade de atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Conforme Scherre e Naro (2008), apesar de sua relevância, a variação linguística frequentemente é alvo de juízos de valor e preconceitos, especialmente em contextos onde a norma padrão ocupa posição de prestígio e é usada como instrumento de exclusão social. Dessa forma, estudar a variação linguística não se limita à análise de fenômenos linguísticos, mas inclui a compreensão da relação entre língua, poder e identidade, sobretudo em uma sociedade plural e marcada por desigualdades.

A dissertação desenvolvida teve como objetivo geral analisar a relação entre o idioma, a elite e o desrespeito linguístico, fazendo menção as variedades linguísticas presentes no português falado no Brasil. O tema é relevante, pois, assim como pontuado por Bagno (2003, p. 29), a língua, ao ser analisada pela Sociolinguística, é caracterizada como múltipla, heterogênea, mutante, variável, instável e em constante desconstrução e reconstrução, visto que é uma atividade social, que é permanente e nunca concluída.

Em razão disso, é fundamental que a sociedade compreenda que a variação linguística é um reflexo natural da atividade social e, longe de prejudicar a comunicação, contribui para a interação entre grupos diversos.

A norma linguística, enquanto conceito, refere-se ao conjunto de práticas e convenções que regulam o uso da língua em uma determinada comunidade. De acordo com

Lopes (1999, p. 80), a norma pode ser entendida como os elementos linguísticos que caracterizam a maneira usual de comunicação de um grupo, englobando aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

Já Bagno (2003) distingue entre a norma padrão, associada ao prestígio social e usada em contextos formais, e outras normas que emergem de comunidades linguísticas marginalizadas. Essa distinção revela como a norma padrão é frequentemente utilizada como instrumento de exclusão social, perpetuando o preconceito linguístico contra aqueles que não seguem as regras prescritas por essa variante prestigiada. Assim, compreender norma não é limitar-se às prescrições da gramática normativa, mas abarcar as formas vivas e legítimas de expressão que estruturam a comunicação humana, reconhecendo as implicações sociais e políticas do uso da língua.

No entanto, ainda é comum que os falantes que não utilizam a norma padrão da língua portuguesa enfrentem preconceito linguístico e estigmatização, especialmente por parte daqueles que seguem a variante linguística de maior prestígio. Assim, a discussão não deve opor uma norma à outra, mas sim reconhecer o papel e o espaço de cada uma no estudo linguístico.

Além disso, justifica-se a busca pela presente temática a partir de vivências pessoais com o preconceito e o desrespeito linguístico. Durante o período em que o pesquisador e autor do presente estudo era estudante da Educação Básica, passou por momentos dolorosos em razão da forma que falava, considerada pelos demais alunos como “errada”.

Esse fato também gerou a motivação por escolher a faculdade de Letras, transformando sua vida, já que passou a compreender sobre as variações linguísticas, sobre os estudos realizados dentro da área da Sociolinguística, e constatou que era comum, infelizmente, existir o desrespeito para com aqueles que não estavam na elite social e que demonstravam variedades da linguagem.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender e analisar o impacto da variação linguística no contexto brasileiro, uma vez que se trata de uma sociedade marcada por desigualdades sociais e culturais que se refletem diretamente no uso da língua. Nesse cenário, a língua desempenha um papel central na construção de identidades e na interação entre diferentes grupos sociais, pois funciona como um elemento de expressão e pertencimento. Contudo, a norma padrão, frequentemente associada a um status de prestígio, é utilizada como instrumento de exclusão social, o que resulta em discriminação e preconceito direcionados aos falantes de outras variedades linguísticas.

Este trabalho, ao investigar a relação entre língua, poder e identidade, visa contribuir

para o debate acadêmico e promover uma abordagem crítica que valorize a diversidade linguística existente no Brasil. Por meio dessa análise, busca-se compreender as raízes do preconceito linguístico e propor reflexões sobre como enfrentá-lo, tanto no âmbito social quanto educacional, por meio de práticas que respeitem e valorizem as diferentes formas de expressão linguística, ampliando, assim, a inclusão e a equidade nas interações sociais e educacionais.

Com isso, foi realizado um estudo bibliográfico sobre a temática, trazendo abordagens e considerações de autores importantes para a Linguística e para a Sociolinguística, como: Bagno (2003), Labov (1983), Scherre (2008); assim como por pesquisadores que também estudaram a temática, como: Chagas (2008), Mussalim e Bentes (2009), Alkmim (2001), Viana (2009) e Marinho e Val (2008).

Os objetivos da pesquisa foram investigar as concepções de língua e variação linguística sob a perspectiva da Sociolinguística, analisar as implicações sociais das variações linguísticas no que tange ao respeito às diferenças entre os falantes, refletir sobre a relação entre variação linguística e práticas de ensino, compreender o papel do prestígio linguístico na perpetuação de estigmas e preconceitos, bem como examinar as relações entre discurso e poder no contexto da variação linguística no Brasil. Esses objetivos buscam ampliar o entendimento sobre a diversidade linguística e suas interseções com questões sociais e educacionais.

A partir desses objetivos, o presente estudo buscou responder a seguinte pergunta norteadora: qual é a influência da relação entre as noções de idioma, elite e (des)respeito linguístico na manutenção do preconceito linguístico no Brasil?

Para responder essa pergunta norteadora, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os seguintes tópicos:

- a) Conceito de língua e variação linguística, a partir da sociolinguística;
- b) As variações linguísticas e o respeito às diferenças;
- c) Variação linguística e ensino;
- d) Prestígio linguístico e estigmatização;
- e) Discurso e poder.

A pesquisa está estruturada em seis capítulos:

- a) **Capítulo 1 – Introdução:** trata-se deste primeiro capítulo onde ocorreu a apresentação de pontos relevantes sobre a temática trabalhada pela pesquisa e demais informações pertinentes para a compreensão geral da pesquisa;
- b) **Capítulo 2:** - este é o primeiro capítulo do desenvolvimento, o qual traz um panorama

de resultados que serviram para esclarecer questões envolvidas com a história da Sociolinguística, os conceitos sociolinguísticos gerais, a relação e diferença entre língua, norma e gramática, além da importância da variação linguística para as interações comunicativas;

- c) **Capítulo 3:** - este capítulo descreve todo os procedimentos e percursos metodológicos que foram utilizados para realização e conclusão da pesquisa;
- d) **Capítulo 4:** trata-se da discussão a respeito das variabilidades da língua e do respeito às diversidades linguísticas, bem como da importância da valorização da diversidade linguística para promoção de maior inclusão no ambiente pedagógico;
- e) **Capítulo 5:** neste outro capítulo, aborda-se sobre a valorização de uma norma em detrimento de outra, desse, modo estigmatizando normas que diferem das normas impostas pela elite consideradas de prestígio.
- f) **Capítulo 6:** neste sexto e último capítulo, trata-se de como o discurso e o poder estão relacionados diretamente com preconceito linguístico e social, como uma determinada classe dominante padronizam o discurso tido como a maneira “correta” de falar e escrever;
- g) **Considerações finais:** onde se apresenta a síntese conclusiva, indicando a resposta encontrada para esclarecer ao problema investigado, indicando os principais resultados para demonstrar a satisfação dos objetivos da pesquisa, fechando o capítulo com um posicionamento crítico emitido pelo pesquisador.

2 VARIEDADE LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

2.1 Do Latim ao Português Europeu

Em 2014, celebramos o marco de 800 anos da Língua Portuguesa, tomando como referência o documento mais antigo escrito em português, datado de 1214. São oito séculos do primeiro registro escrito desta língua que hoje une mais de 240 milhões de indivíduos ao redor do mundo (Lopes, 2019, p. 36). No entanto, podemos afirmar que o português tem raízes muito mais profundas, sendo um idioma milenar. A língua que pronunciamos nos dias de hoje é fruto de uma longa jornada de transformações que atravessa milênios, uma dança contínua de palavras e significados que ecoam a sabedoria dos nossos ancestrais.

Ao longo do tempo, o tronco itálico do indo-europeu deu origem ao latim, que por sua vez deu vida a outros idiomas, incluindo o nosso português. À medida que o Império Romano expandia seus domínios, o latim se espalhava com suas conquistas. No entanto, o latim que alcançava esses novos territórios não era a língua refinada falada pela elite romana, mas sim uma versão mais simples e alterada. O encontro com povos que falavam outras línguas gradualmente transformou a língua dos romanos, criando variações que moldaram o português que conhecemos hoje.

Essas transformações, segundo Guimarães (2005, p. 1-2), deram origem aos *romances*, que mais tarde evoluíram para o português. Diversos povos habitaram a Península Ibérica; alguns chegaram de maneira pacífica, enquanto outros invadiram a região. A presença desses povos, tanto pacíficos quanto conquistadores, influenciou profundamente a cultura e as línguas locais. É uma constante nas histórias de conquistas que a língua dos invasores se imponha sobre a dos conquistados, e na Península Ibérica não foi diferente. O latim, trazido pelos soldados e pelos comerciantes romanos, começou a se misturar e modificar as línguas existentes na região, dando origem aos primeiros *romances*.

Lopes (2011, p. 692) afirma que alguns desses *romances* adquiriram mais prestígio e se transformaram nas línguas românicas conhecidas atualmente: o romeno, o sardo, o occitano, o italiano, o reto-românico, o catalão, o francês, o galego, o espanhol e o português.

Em 1143, D. Afonso Henriques proclamou-se rei e, com o apoio de suas tropas, declarou a independência de Portugal, que seria formalmente reconhecida no Tratado de Zamora. Este ato de independência conferiu ao país um sentido de unidade nacional,

fortalecendo a língua como elemento central da identidade portuguesa, pois era por meio dela que os portugueses eram identificados e respeitados pelos reinos vizinhos (Sampedro, 2012).

O idioma português, nascido do galego-português, começou a adquirir uma forma distinta, sendo importante ressaltar que os substratos linguísticos da Península Ibérica tiveram papel essencial na formação dos romances. O latim vulgar, introduzido pelos romanos, encontrou-se com as línguas dos povos pré-romanos, como os celtas, lusitanos e iberos, além de sofrer influências dos visigodos e árabes. Essa interação deu origem a um idioma que, posteriormente, evoluiria para o português (Sampedro, 2012).

A formação da língua portuguesa, no entanto, não pode ser dissociada dos fatores históricos e sociais que marcaram o desenvolvimento do reino. A independência política de Portugal possibilitou a construção de instituições autônomas e a consolidação de um território governado de forma soberana, destacando-se pela posição estratégica no Oceano Atlântico. Este cenário de acordo com Sampedro (2012) fomentou o ímpeto para as grandes navegações, levando os portugueses a explorarem novas terras, onde a Língua Portuguesa foi disseminada.

Portugal tornou-se a primeira nação da era moderna no Ocidente e, com sua costa banhada pelo Oceano Atlântico, sentiu um ímpeto natural para explorar essas águas (Sampedro, 2012, p. 5). Esse impulso levou os portugueses e a Língua Portuguesa a terras desconhecidas pelos europeus, lugares que até então existiam apenas na imaginação.

2.2 Do Português Europeu ao Português Brasileiro

Ao se aventurarem no Atlântico, os portugueses descobriram novas terras, repletas de plantas e animais que jamais poderiam ter imaginado. Esse feito foi possível graças à posição geográfica privilegiada de Portugal em relação aos demais países europeus. Tal vantagem foi determinante para sua atuação exploratória e colonial devido à proximidade com o Oceano Atlântico e às conexões com outras regiões europeias e africanas. Portugal, localizado na extremidade ocidental da Europa, usufruiu de vantagens estratégicas, como acesso direto ao mar, que facilitava a navegação e exploração marítima, contribuindo para sua expansão comercial e cultural, essa posição não apenas moldou sua capacidade exploratória, mas também estabeleceu vínculos culturais e econômicos com outras regiões, como descrito nos aspectos históricos das euro-regiões envolvendo Portugal e a Galiza (Sampedro, 2012).

Tal vantagem levou os portugueses até o Brasil, trazendo consigo a língua portuguesa, o português trazido ao Brasil era um idioma em transição, marcado por influências latinas e, em menor grau, por dialetos regionais de Portugal. Essa língua foi

posteriormente enriquecida e transformada pelo contato com as línguas indígenas, como o Tupi, e com outros idiomas introduzidos durante o período colonial, como o africano e o espanhol, resultando no desenvolvimento de variantes e dialetos regionais no Brasil. Ao desembarcarem na costa brasileira, encontraram os indígenas que já habitavam essas terras. Foi um verdadeiro choque de culturas, pois os indígenas não usavam vestimentas e falavam uma língua muito diferente da dos colonizadores recém-chegados (Santana *et al.*, 2022).

Estima-se que, na época do “descobrimento”, a população indígena no Brasil era de cerca de seis milhões de pessoas, falando aproximadamente 300 línguas diferentes (Gomes, 2022). Silva (2014, p. 7-8) destaca que, até 1537, quando o primeiro casal português chegou ao Brasil, o grupo de colonos desembarcados por Martin Afonso de Sousa, em São Vicente, era composto exclusivamente por homens. A maioria desses colonos eram “homens sós” que passavam a viver com mulheres indígenas. Os filhos dessas uniões, conhecidos como mamelucos, cresciam junto às famílias de suas mães, ouvindo e falando a língua indígena. Isso acontecia porque seus pais portugueses não tinham parentes consanguíneos no Brasil com quem pudessem aprender e praticar a língua dos colonos.

Ainda, segundo Silva (2014, p. 8), nas famílias onde portugueses se casavam com mamelucas a situação linguística era comparável àquelas formadas por mamelucos e mamelucas: a língua indígena era dominada fluentemente, enquanto apenas o marido e, com o tempo, os filhos homens, aprendiam a falar também o português.

No Brasil colonial, a difusão das línguas indígenas, como o Tupinambá, desempenhou um papel determinante na comunicação entre colonizadores, indígenas e mestiços, pois proporcionava um meio comum de entendimento em um território amplamente diverso. Contudo, a designação “língua geral”, usada por espanhóis e portugueses em outras partes das Américas para línguas amplamente difundidas, como o Quíchua e o Guaraní, demorou a ser aplicada no contexto brasileiro. Durante o século XVI, a língua Tupinambá predominava ao longo da costa atlântica, mas somente no século XVII foi reconhecida como “Língua Brasileira”, um termo reforçado por publicações jesuíticas, como gramáticas e catecismos, que consolidaram seu uso na catequese e na administração colonial (Rodrigues, 1986).

Com o passar do tempo, conforme Rodrigues (1986) a Língua Brasileira evoluiu e deu origem às chamadas Línguas Gerais, adaptadas às particularidades regionais. No Sul, a Língua Geral Paulista, derivada do Tupinambá, foi amplamente utilizada pelos bandeirantes durante o século XVII, mas gradualmente perdeu espaço para o português no século XVIII. No Norte, a Língua Geral Amazônica, também originada do Tupinambá, consolidou-se no

Maranhão e no Pará ao longo do século XVII, desempenhando um papel significativo na colonização da Amazônia. Atualmente, resquícios dessa língua permanecem vivos no Nheengatu, que ainda é utilizado como idioma de comunicação em algumas comunidades indígenas e ribeirinhas, e também no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, que se tornou um dos idiomas oficiais por meio de uma Lei Municipal, evidenciando sua resiliência.

A transição do Tupinambá para as Línguas Gerais e, posteriormente, para o português, reflete um processo gradual de simplificação linguística e adaptação cultural, em razão da crescente imigração portuguesa, da dizimação das populações indígenas e do fortalecimento das estruturas administrativas coloniais. Dessa forma, a história linguística do Brasil demonstra a complexa interação entre as línguas indígenas e o português, que, enriquecido por diversas influências culturais, consolidou-se como o idioma nacional, mantendo traços dessa rica diversidade linguística em sua formação (Rodrigues, 1986).

Essa mescla e intercâmbio linguístico contribuíram para que o português falado no Brasil se distanciasse da variante falada em Portugal, pois a maioria da população não tinha o português como língua materna, conforme observado anteriormente. Durante muito tempo, as línguas gerais foram amplamente utilizadas no Brasil, especialmente a Língua Geral Paulista (LGP)¹, além da língua geral da Amazônia, como o Nheengatu, que ainda é falado hoje. A presença dessas línguas gerais, juntamente com a influência de africanos de diversas origens linguísticas, contribuiu para que o português falado no Brasil se diferenciasse significativamente do português falado na metrópole colonial (Dietrich, 2014, p. 594).

Com a descoberta de minas de ouro no Brasil, houve um aumento significativo no número de portugueses enviados para a colônia. Esse influxo maior de portugueses resultou na gradual desvalorização das línguas gerais, especialmente da LGP. Além disso, a LGP foi proibida, e o português foi estabelecido como a língua oficial da Colônia, sendo formalizada em 1758 durante as Reformas Pombalinas, como parte das ações lideradas pelo Marquês de Pombal para centralizar a administração colonial e promover a uniformização linguística no Brasil.

O português é uma língua colonizada (vinda da colonização do Brasil) e, em virtude disso, foi suprimida no passado. Desse modo, muitas vezes as pessoas dizem que “não sabem falar português”, visto que a língua ideal não faz parte do seu repertório linguístico. Esse ideal

¹ A língua geral paulista, também conhecida como língua geral meridional, surgiu como uma língua franca e crioula no século XVI, na Capitania de São Vicente. Atualmente, ela desperta apenas interesse histórico, pois desde o início do século XX é considerada uma língua extinta. Ela representava o ramo sulista da família das línguas gerais (Noelli; Sallum, 2022, p. 2).

linguístico também se expressou no desejo de unificar as línguas brasileiras e ibéricas, segundo Marques e Nicéas (2012, p. 122), esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de até 1822 o Brasil ter sido uma extensão marítima de Portugal e viver de acordo com os seus costumes culturais.

Além disso, houve a Ordem do Marquês de Pombal, que escolheu o português como única língua a ser praticada e ensinada no Brasil. Marques e Nicéas (2012, p. 122) destacam que esse fato enfatizou a supremacia política e econômica de Portugal sobre o Brasil e também incentivou o desenvolvimento de um campo cultural em que a língua era um importante bem cultural.

Após a independência do Brasil, Marques e Nicéas (2012, p. 122) argumentam que a língua nacional foi colonizada, em razão disso, esse grupo não conseguiu contribuir com questões sociais relacionadas à língua brasileira porque não representava a maioria dos brasileiros. Nesse sentido, não há grande diferença linguística entre o Brasil colonial e o Brasil imperial do ponto de vista político. Esta “inércia” político-linguística manteve-se dentro da República mesmo quando as questões linguísticas foram deixadas nas mãos de pequenas oligarquias, com especial destaque para a Universidade do Brasil de Letras, que continua a promover a defesa nacional da língua portuguesa dos falantes até hoje.

No entanto, como mencionado anteriormente, a população no Brasil Colônia era predominantemente composta por índios, africanos, mulatos e mamelucos. Nesse contexto, apenas uma minoria da população tinha o português como língua materna (Noelli; Sallum, 2022, p. 2).

Conforme Kipper (2012), a noção de substrato refere-se à influência das línguas indígenas e africanas que, apesar de serem substituídas pelo português, deixaram marcas significativas na fonologia, léxico e na estrutura gramatical. Por sua vez, o superestrato abrange os elementos introduzidos por línguas de povos conquistadores, como o espanhol em regiões de contato fronteiriço, que também contribuíram para a transformação do português. Já o adstrato corresponde às línguas que coexistem no mesmo território e geram trocas permanentes de vocabulário e estruturas, como ocorre em situações bilíngues ou em regiões fronteiriças.

Silva (2014, p. 9) salienta que, ao aprender um novo idioma, é comum que o falante da língua materna incorpore elementos para a nova língua. Essa influência de outras línguas no português falado no Brasil contribuiu para sua diferenciação em relação ao português falado na Metrópole. Assim, a incorporação de elementos de outras línguas no português falado no Brasil decorreu, em parte, do contato linguístico intenso durante a colonização.

Nesse processo, o substrato, representado pelas línguas indígenas, deixou marcas evidentes no vocabulário e na fonologia, especialmente em nomes de lugares, alimentos e elementos da fauna e flora. Houve também a influência do superestrato, ou seja, a língua portuguesa imposta pelos colonizadores, que se tornou dominante e oficial. Finalmente, o fenômeno do adstrato também pode ser identificado na convivência e influência mútua de línguas africanas e, em menor grau, europeias e asiáticas, em territórios onde essas populações coexistiam.

Destarte, ainda conforme o autor supracitado, esse intercâmbio linguístico sempre fez parte da história da humanidade, mas com as grandes navegações, ele atingiu uma escala sem precedentes. Línguas com raízes linguísticas completamente diferentes passaram a se encontrar. Inicialmente, a comunicação era desafiadora e as primeiras tentativas provavelmente ocorreram por meio de gestos e sinais.

Contudo, gestos e sinais não poderiam captar nem expressar, adequadamente, os significados e as relações complexas entre esses diferentes povos. Gradualmente, os falantes dessas línguas distintas começaram a se comunicar usando elementos de suas próprias línguas, mas predominantemente adotando os elementos da língua dos dominadores. Esse processo deu origem ao que é conhecido como língua *pidgin*, uma nova língua que não é nativa para nenhum dos falantes adultos que entraram em contato. Por isso, não possui uma gramática padronizada para regular seu uso (Fabová, 2013, p. 25).

Quando crianças nascem desse contato inicial e crescem usando essa língua *pidgin* como principal meio de comunicação, ela se torna sua língua materna e evolui para o que chamamos de língua crioula. Tanto os *pidgins* quanto as línguas crioulas podem ser totalmente distintos das línguas que lhes deram origem (Figueirêdo, 2012, p. 33).

Fabová (2013, p. 14) argumenta que, nos países africanos onde o Português é língua oficial, encontramos diversas línguas crioulas, e muitos habitantes aprendem o português apenas nas escolas. O autor nota ainda que, apesar da grande quantidade de africanos trazidos para o Brasil, não houve o desenvolvimento de línguas crioulas tão complexas como as que surgiram em países africanos ou no Haiti, onde se desenvolveu um crioulo baseado no francês. Basta uma observação superficial para perceber que o Português Brasileiro difere do Português Europeu devido ao maior contato com outras línguas.

No Brasil colônia, o número de falantes nativos do português sempre foi menor em comparação com os falantes de outras línguas. No entanto, de acordo com Rosário e Melo (2015, p. 387), ocorreu uma situação de superestrato, onde a língua do grupo dominante prevaleceu quando povos de diferentes línguas entraram em contato. Essa língua dominante foi utilizada como meio de comunicação, fornecendo um vocabulário mais extenso para as

línguas *pidgins* e crioulas que se formaram. Além disso, há também as línguas de substrato, que são aquelas faladas por um maior número de pessoas e podem influenciar a estrutura gramatical dos *pidgins* e crioulos.

A relação de poder exercida pela Metrópole não conseguiu manter a pureza do português no Brasil, devido à influência da maioria dos falantes de outras línguas que acrescentaram muitos vocábulos e expressões à língua da Colônia. Nos séculos XVII e XVIII, surgiram os primeiros estudos que investigaram as diferenças na forma de falar entre portugueses e brasileiros. A partir dessas pesquisas, alguns começaram a se referir à língua falada no Brasil como “pretoguês” ou “língua de preto”. Esses termos marcam os primeiros registros de preconceito linguístico no Brasil, onde o português falado não era bem visto pelos portugueses, e muitos brasileiros desejavam que a Colônia falasse exatamente como a Metrópole (Silva, 2014, p.10).

Segundo Silva (2014, p. 10), essa contenda se revela no início do período romântico (1836 a 1881), quando José de Alencar (1829 - 1877) quebra com o padrão lusitano ao escrever seus romances, adotando uma estrutura sintática ausente em Portugal, mas vibrante no Brasil. Alencar e outros escritores na época notaram a separação entre o Português Brasileiro e o Português Europeu, buscando retratar essa distinção em suas criações literárias.

Salienta-se que Alencar, nascido após a Proclamação da Independência do Brasil em 1822, testemunhou o despertar de um novo fervor nacional entre os brasileiros nativos e os europeus residentes no país. Este fervor emergiu como um ideal de nacionalismo na antiga Colônia, embora ainda não houvesse uma narrativa histórica brasileira autônoma na qual os nobres brasileiros pudessem se apoiar. A história do Brasil ainda estava entrelaçada com a de Portugal e seus reis, enquanto a literatura e a cultura eram predominantemente influências europeias. Faltava ao Brasil um elemento identitário nacional claro (Orlandi, 2005).

Guimarães (2005, p. 1-2) aponta que ao escrever com uma sintaxe característica do Brasil, Alencar foi além: ao retratar o mito do “bom selvagem”, um índio nobre de caráter elevado, ele proporcionou ao Brasil um referencial histórico. Assim como na Europa havia a literatura dos nobres cavaleiros que fortalecia o sentimento de nacionalismo entre os europeus, Alencar conseguiu algo similar no Brasil. Ele não apenas rompeu com o modelo de escrita do português europeu, mas também conferiu uma significação histórica à existência da nova nação brasileira.

Contudo, ao Brasil faltava um sentido de pertencimento, uma identidade nacional que os brasileiros não sentiam plenamente, apesar de nascerem aqui. A cultura era majoritariamente europeia, com literatura, teatro, pintura e música que não refletiam o caráter

distintivo brasileiro. Figueiredo (2018, p. 202) relembra que foi o Romantismo brasileiro, com seu indianismo, que finalmente trouxe esse senso de pertencimento. A partir desse movimento, a nova Pátria começou a forjar uma história independente de Portugal, cultivando seus próprios “cavaleiros”.

Ainda segundo Figueiredo (2018, p. 203), a busca por uma identidade nacional passou intensamente pela literatura e pela língua, mas não foi uma jornada fácil. Tanto os europeus residentes quanto os brasileiros nativos tinham a convicção de que o melhor modo de falar era o português de Portugal. Os tradicionalistas insistiam no uso correto da língua de Camões, considerando o português brasileiro como uma forma equivocada e empobrecida do português europeu. Essa visão negativa culminou nas expressões pejorativas como “pretuguês” e ‘língua de preto’.

Naquela época, conforme salientado por Aureliano (2021, p. 13), enquanto a elite brasileira reconhecia a nobreza da linhagem indígena, rejeitava o Português Brasileiro como sua língua. Essa recusa provocou uma significativa distância entre a linguagem usada pela elite, que seguia os padrões do Português Europeu, e a linguagem falada pela população pobre e não escolarizada. O coloquialismo predominante entre as classes menos privilegiadas e sem acesso à educação formal frequentemente ignorava as normas gramaticais “corretas”. Apesar de grandes escritores da época, como Alencar e Machado de Assis, defenderem o uso do modo de falar brasileiro, surgiu um abismo entre a linguagem da elite dominante e a linguagem das classes menos favorecidas, abismo esse que fundamenta o preconceito linguístico.

2.3 Língua, norma e gramática

A gramática pode ser entendida como a organização das regras que orientam o uso da língua, um conceito que foi sendo moldado por diferentes perspectivas ao longo do tempo. Inicialmente, desempenhava um papel normativo, servindo para estabelecer padrões considerados corretos no uso da língua. No entanto, com o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil durante o século XX, surgiram novas abordagens que destacaram a importância de aspectos descritivos e investigativos (Cavalieri, 2017).

A gramática é definida como o conjunto de regras e princípios que regem a estrutura e o uso de uma língua, abrangendo aspectos como fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Essas regras podem ser descritas em diferentes abordagens, incluindo a gramática

normativa, que estabelece padrões para o uso correto da língua, e a gramática descritiva, que busca observar e documentar os usos reais, sem juízo de valor (Faraco, 2021).

Com o passar do tempo, a compreensão da gramática foi ampliada para incluir não apenas regras normativas, mas também explicações sobre o funcionamento da língua em contextos variados. Esse avanço, influenciado pelo estruturalismo e pela linguística comparativa, transformou a gramática em um campo de estudo que analisa tanto a língua escrita quanto a falada, oferecendo uma visão mais abrangente dos fenômenos linguísticos (Cavalieri, 2017).

O conceito de linguagem abrange diversas formas de comunicação. É uma expressão vasta que engloba múltiplos domínios. Por outro lado, o termo língua é comumente definido como um sistema de sinais vocais utilizado para comunicação entre os membros de uma comunidade linguística. O conceito de língua não pode ser limitado a um simples sistema de sinais vocais, pois essa definição ignora aspectos fundamentais de sua natureza social, política e cultural. Uma língua é, acima de tudo, um instrumento de comunicação que reflete as dinâmicas de poder, as identidades culturais e os contextos históricos de uma sociedade.

Como destacado por Caseli e Nunes (2024), a língua transcende a dimensão fonética ao englobar representações simbólicas e estruturas que legitimam o pertencimento e a coesão de uma comunidade. Esse entendimento é essencial para reconhecer sistemas como a Libras, que, embora não seja vocal, possui uma gramática própria e atende plenamente aos critérios que caracterizam uma língua. Assim, é imprescindível que a definição de língua abarque tanto suas propriedades estruturais quanto seu papel como mediadora de relações sociais e expressão de valores culturais, ampliando a compreensão e inclusão de diferentes formas de comunicação humana.

Essas combinações não são aleatórias; seguem regras específicas. Por exemplo, para formar o plural de uma palavra em português, adiciona-se a desinência “-s” de acordo com uma norma estabelecida, não podendo ser inserida arbitrariamente em qualquer parte da palavra. Da mesma forma, ao construir um sintagma, a ordem dos constituintes em Português Brasileiro geralmente segue a estrutura sujeito + verbo + objeto (SVO), embora essa ordem possa sofrer variações. Alterações incorretas podem tornar o sintagma agramatical, como exemplificado por Silva (2014, p. 20):

- a) As crianças brincam no parque.
- b) No parque, as crianças brincam.
- c) ?Brincam as crianças no parque.
- d) *Crianças as parque no brincam.

No exemplo (a), observamos que essa estrutura é amplamente aceita por todos os falantes do Português Brasileiro contemporâneo (SVO), sendo considerada uma construção normal e bem recebida. Já o exemplo (b) é menos frequente que o primeiro, mas ainda reconhecível e aceito pelos falantes, enfatizando mais o objeto do sintagma. O exemplo (c) pode inicialmente parecer estranho, sendo um sintagma quase agramatical, daí o uso do sinal de interrogação; é uma construção usada em contextos altamente formais, especialmente em textos escritos. Por último, o exemplo (d) é claramente agramatical no PB, já que não se permite o uso de artigos após substantivos, pois estes determinam ou indeterminam aqueles (Silva, 2014, p. 20).

De acordo com Lopes (1999, p. 12), o uso dos fonemas para formar palavras e a ordem dessas palavras para formar frases são regulados pelas normas das línguas. Cada língua possui suas normas específicas, e intuitivamente os falantes as utilizam corretamente, mesmo que haja variações que seguem também uma norma, não necessariamente a norma padrão, mas sim a norma de suas respectivas comunidades linguísticas.

Naturalmente, cada comunidade linguística estabelece suas próprias normas linguísticas. A norma, por sua vez, refere-se a um conjunto de elementos linguísticos que caracterizam como normalmente as pessoas de uma determinada comunidade falam (Lopes, 1999, p. 80). A partir dessa reflexão, compreendemos que diferentes ambientes linguísticos possuem normas distintas, o que nos permite entender construções que não são aceitas pela gramática normativa.

Segundo Bagno (2003, p. 183), para aqueles que lidam com a língua portuguesa, há duas maneiras de entender a norma culta: 1. o que é usual, frequente e comum; ou 2. o que é normativo, formal, regra imposta. O sentido mais difundido é o da variedade informal, pois é a que tem maior circulação na sociedade e é considerada como senso comum. Por outro lado, a variedade formal é adotada por aqueles que fazem parte de comunidades socialmente prestigiadas, conferindo maior status à sua linguagem. Bagno (2003, p. 183) argumenta que este processo “é mais um preconceito do que um conceito” (2003, p. 183), pois trata a língua como única e estabelece que há apenas uma forma correta de se comunicar.

O conceito de "norma-padrão", diferentemente da norma linguística geral, refere-se ao modelo de uso da língua considerado exemplar e amplamente aceito em contextos formais e institucionais, como em ambientes acadêmicos, governamentais e na mídia. No trecho “normalmente as pessoas de uma determinada comunidade falam (Lopes, 1999, p. 80). A partir dessa reflexão, compreendemos que diferentes ambientes linguísticos possuem normas distintas, o que nos permite entender construções que não são aceitas pela gramática

normativa”, é necessário esclarecer que a norma-padrão é apenas uma das possíveis manifestações da língua, voltada para o uso culto e formal. Conforme discutido no texto de Faraco (2021), a norma-padrão do português brasileiro é marcada por uma abordagem prescritiva que busca consolidar um modelo idealizado de escrita e fala, frequentemente desconectado das práticas linguísticas cotidianas da maioria da população.

Essa perspectiva sublinha a dimensão política e social da norma-padrão, que atua como uma ferramenta de legitimação cultural e exclusão social, uma vez que privilegia determinados grupos e deslegitima variedades populares e regionais (Faraco, 2021). Por essa razão, a norma-padrão não deve ser vista como uma representação integral da língua, mas como um construto que reflete e reforça hierarquias sociais e culturais.

A definição simplista mencionada no trecho original, que associa língua a "um sistema de sinais vocais", não abarca a complexidade das normas linguísticas e, por extensão, deixa de reconhecer, por exemplo, a Libras como uma língua plena, com sua própria gramática e função social. Portanto, é fundamental apresentar uma visão mais abrangente e crítica, reconhecendo que a norma-padrão, enquanto um constructo político e social, convive com diversas outras normas em uma relação de tensão e complementaridade.

Segundo Chomsky (1978 *apud* Scherre, 2008, p. 94), “uma criança adquire uma língua, da mesma forma como ela cresce”. A aprendizagem da língua é um processo natural, assim como a internalização das normas de sua comunidade linguística. Portanto, a ausência de flexão nominal, que a gramática tradicional exige, não é considerada um erro, pois ele segue as normas linguísticas de sua comunidade.

Muitas vezes, comunidades linguísticas são discriminadas por seu modo de falar, que é comparado à norma culta utilizada pela elite. Faraco define essa "norma culta" como um conjunto de regras dogmáticas que não se baseiam em fatos nem em bons princípios normativos, mas sustentam uma cultura prejudicial do erro e têm impedido um estudo adequado de nossa norma padrão (Faraco, 2008, p. 25-26).

É essa mesma "cultura prejudicial do erro" que, quando usada de maneira arbitrária, marginaliza os falantes de uma forma mais intuitiva de expressão do Português Brasileiro. Não se pode limitar as normas apenas às prescritas nas gramáticas; cada comunidade, cada grupo social possui normas diferentes para o uso da língua, que podem ser consideradas dialetos do português brasileiro em diferentes contextos. Mesmo entre pessoas mais educadas, dependendo do ambiente, elas utilizarão a língua de maneiras diversas, ou seja, seguirão normas distintas (Faraco, 2008, p. 29).

Em ambientes mais controlados, as expressões e a construção de frases se aproximam das normas da gramática tradicional. Contudo, em ambientes menos controlados, essas construções tendem a se afastar das normas prescritas na gramática tradicional.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é classificada em diferentes dimensões, conforme os critérios apresentados por Gil (2019, p. 29), visando estruturar de forma clara e fundamentada o percurso metodológico adotado. Quanto à finalidade, trata-se de uma pesquisa básica ou fundamental, pois busca contribuir para o aprofundamento teórico acerca da variação linguística e suas implicações sociais e culturais, sem a pretensão de aplicação imediata. Este estudo objetiva ampliar o conhecimento sobre as dinâmicas linguísticas e sua relação com o poder e a identidade no contexto brasileiro.

No que diz respeito à natureza, a pesquisa é qualitativa, uma vez que se dedica à análise interpretativa e reflexiva dos dados bibliográficos, a partir dos levantamentos e leituras realizados em teses, artigos, dissertações, livros, produções de teóricos, priorizando a compreensão das relações simbólicas e sociais subjacentes ao uso da língua. A forma de abordagem adotada é analítica, pois busca examinar de maneira detalhada os conceitos e teorias apresentadas pelos autores selecionados, articulando suas ideias com as inquietações que norteiam o estudo, que se pautou pelo reconhecimento de que, apesar de ser uma temática recorrente no campo científico, a ciência sociolinguística precisa ser mais popularizada, sobretudo, a partir da ótica da construção de uma pedagogia da variedade linguística, a qual seja capaz de reverter o preconceito linguístico existente na sociedade e promover mais inclusão e valorização aos modos de fala dos usuários da língua, respeitando assim as múltiplas culturas e identidades.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória, já que procura identificar lacunas na literatura existente e ampliar o entendimento sobre a marginalização das práticas linguísticas regionais e populares, além de discutir o preconceito linguístico institucionalizado em diferentes esferas sociais, como a educação.

Os procedimentos técnicos empregados configuram-na como uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise de obras de autores renomados, como Labov (1983), Alkmim (2001), Bagno (2003), Scherre (2008, 2013) e Almeida (2023), que são referências fundamentais na Sociolinguística e em estudos sobre diversidade linguística, a partir do projeto de pesquisa da dissertação, que deu uma base para os levantamentos necessários que

foram fundamentais na construção do trabalho, além de leituras e pesquisas realizadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Procedimento esse que, segundo Gil (2019), é pertinente para estruturar pesquisas secundárias que se valem da bibliografia disponível para construir seus resultados. Procura-se analisar os fenômenos linguísticos em um recorte temporal específico, sem acompanhar sua evolução ao longo do tempo e permitindo identificar e problematizar as práticas e discursos que perpetuam o preconceito linguístico, bem como propondo reflexões que contribuam para a valorização da diversidade linguística no Brasil.

Por meio dessa estrutura metodológica, espera-se não apenas descrever os fenômenos relacionados à variação linguística, mas também fomentar discussões que possam transformar o cenário educacional e social, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa sobre o uso da língua.

4 A SOCIOLINGUÍSTICA E AS VARIABILIDADES DA LÍNGUA: uma discussão teórica

Saussure (2021, p. 20), reconhecido como o pioneiro da Linguística Moderna, diferencia claramente entre língua e fala, destacando a língua como o elemento central de estudo na linguística. Para o linguista, a língua é o sistema subjacente à atividade da fala, constituindo-se como o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis na fala. A linguística dedica-se a explicar esse sistema formal, ou seja, a própria língua. Saussure reconhece a língua como um fenômeno pertencente à sociedade, um sistema convencional estabelecido. No entanto, ao definir a língua como um conjunto de signos convencionais comuns a uma comunidade linguística, Saussure deixa de lado a fala, que ele considera como o uso particular que cada falante faz da língua. Assim, ele exclui do estudo da língua o mundo, o sujeito e a história.

A partir dessa exclusão, surgiram diversas propostas teóricas para incluir o sujeito e as variabilidades no estudo da língua. Uma dessas vertentes é a Sociolinguística, que, segundo Mussalim e Bentes (2009, p. 245), é um termo cunhado dentro da área da Linguística em 1964, durante um congresso organizado por William Bright na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Nesse congresso, estavam presentes vários estudiosos importantes que posteriormente se consolidaram com seus estudos como referências clássicas, direcionando-se para questões relacionadas à linguagem e à sociedade.

Os estudos sobre linguagem e sociedade têm início com o objetivo de explorar as variações linguísticas dentro das comunidades de fala. Bright (1974, p. 111) propõe que a Sociolinguística demonstre a relação sistemática entre essas variações e as estruturas sociais presentes nessas comunidades. Ainda segundo o autor, o foco principal da Sociolinguística é compreender as diferenças linguísticas.

A Sociolinguística concentra-se exclusivamente na análise dos fenômenos linguísticos em contextos sociais, investigando as características internas da linguagem. Surgida através das contribuições de diversos pesquisadores que conectam a linguagem aos aspectos sociais e culturais, um dos nomes proeminentes nesse campo é o linguista

norte-americano William Labov, conhecido por sua abordagem na Sociolinguística Variacionista. Labov é reconhecido como uma figura de grande influência e originalidade, responsável por desenvolver grande parte da metodologia sociolinguística.

Segundo Alkmim (2001, p. 21), Labov publica um estudo em 1963 na ilha de Martha's Vineyard, situada no litoral de Massachusetts, com o propósito de investigar os fatores sociais que influenciam o comportamento linguístico e explicar a diversidade linguística observada. No trabalho, o autor examina variáveis como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude em relação aos padrões de fala dos habitantes da ilha, especialmente a pronúncia de certos fonemas do inglês. Em 1964, Labov conclui seu estudo sobre a estratificação social do inglês em Nova York, estabelecendo um modelo para descrever e interpretar fenômenos linguísticos dentro do contexto social de comunidades urbanas - conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, que teve um impacto significativo na Linguística Contemporânea.

A Sociolinguística Variacionista desenvolvida por Labov visa a compreender as variações linguísticas presentes nas comunidades de fala através de estudos empíricos focados no comportamento linguístico e nas mudanças históricas e sociais que ocorrem nessas comunidades específicas, considerando tanto o indivíduo quanto o contexto social em que estão inseridos (Alkmim, 2001, p. 22).

De acordo com Alkmim (2001, p. 22), a Sociolinguística concentra-se na língua falada, observada, descrita e analisada em situações reais de uso. Essa abordagem considera como as pessoas realmente usam a língua em momentos específicos, situações e lugares. Uma língua viva está em constante evolução, pois é moldada pelas pessoas que a utilizam para pensar, agir, comunicar e se expressar. A Sociolinguística investiga a língua em movimento, estudando grupos de pessoas que interagem com a língua e buscando entender a relação entre os fatores observáveis que causam variações linguísticas e como explicar as diversas formas de utilização da língua.

Ao estudar as comunidades linguísticas, deparamo-nos com uma riqueza de diversidades e variações na língua, todas agrupadas sob o conceito de Variedades Linguísticas, pela Sociolinguística. O conjunto dessas variedades, utilizado por uma comunidade, é conhecido como repertório verbal. Essas variedades linguísticas são moldadas por diversos fatores como a região geográfica, sexo, idade, classe social do falante e o nível de formalidade durante a comunicação. Todas as línguas faladas no mundo são produtos históricos em contínua evolução, com cada nova geração introduzindo modos de falar distintos dos seus antecessores (Alkmim, 2001, p. 23).

As mudanças ao longo do tempo são parte intrínseca da história das línguas. As variedades linguísticas estão presentes em todas as comunidades de fala, oriundas das relações sociais estabelecidas pela estrutura das comunidades. Em outras palavras, as variedades são formadas pelo contexto social em que os falantes estão inseridos, considerando todos os fatores mencionados e também o nível educacional, uma vez que cada indivíduo aprende a utilizar a língua conforme as oportunidades que a vida lhe proporcionou, que nem sempre seguem a norma padrão (Teixeira; Oliveira; Marques, 2021, p. 80).

Dentro de uma mesma comunidade de fala, as variedades linguísticas são evidentes, com múltiplos fatores explicando as variações observadas na língua. Conforme Camacho (2021), a variação linguística é intrínseca às línguas naturais e reflete não apenas aspectos geográficos, mas também socioculturais e estilísticos. Dentro de uma comunidade de fala, essas variações derivam de fatores como classe social, grau de escolaridade, idade, gênero e contexto de interação. Esses fatores não apenas explicam diferenças no uso da língua, mas também são determinantes para a construção de identidades sociais e para a legitimação de normas linguísticas. A análise da variação linguística demonstra que a língua é profundamente ordenada e sistemática, desmistificando preconceitos que associam variedades populares a erros ou à ausência de regras. Assim, compreender a relação entre norma, variação e contexto social é essencial para uma abordagem mais inclusiva e científica do fenômeno linguístico.

No âmbito sincrônico, essas variações linguísticas estão relacionadas a uma série de fatores: pessoas de diferentes origens geográficas, idades e sexos falam de maneira distinta. É importante ressaltar que não existe uma relação direta de causa e efeito entre nascer em uma determinada região, pertencer a uma classe social específica, entre outros fatores, e o modo como se fala (Alkmim, 2001, p. 23).

É possível identificar ainda duas formas básicas de variação linguística conforme Alkmim (2001, p. 23): a variação geográfica, também chamada diatópica, que se refere às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico. Por exemplo, o português falado no Brasil difere lexicalmente do português de Portugal, além das variações na pronúncia de palavras entre brasileiros do Nordeste e Sul, e até mesmo variações regionais como “vina” e “bolacha” no Paraná. Um dialeto regional marcante é o caipira, usado principalmente por pessoas do interior, onde palavras como [almoço] podem ser pronunciadas como [armoço].

Por outro lado, a variação social está ligada a fatores como classe social, escolaridade, idade, gênero e profissão. Essa forma de variação evidencia como a língua se adapta às condições socioculturais dos falantes, criando distinções no modo de falar entre grupos de diferentes contextos sociais. Conforme Camacho (2011), essas diferenças não

implicam juízo de valor sobre uma variedade ser superior a outra, mas destacam a riqueza e a flexibilidade da língua em atender às necessidades comunicativas de diferentes setores da sociedade.

Segundo Frangiotti (2019, p. 17), a variação social, ou diastrática, está relacionada à identidade dos falantes e aos fatores socioculturais. Essa variação envolve a classe social, idade, sexo e o contexto social específico. Por exemplo, na classe social, encontramos uso de dupla negação como em “ninguém não viu” e substituição de [l] por [r] em palavras como [brusa] (blusa) e [grobo] (globo).

Portanto, compreender a coexistência e a complementaridade dessas formas de variação é essencial para combater preconceitos linguísticos e promover uma abordagem mais inclusiva e científica do uso da língua. Tanto a variação geográfica quanto a social são manifestações legítimas e sistemáticas, que refletem a interação entre os indivíduos e os contextos em que estão inseridos, contribuindo para a pluralidade linguística e cultural de uma comunidade.

Alkmim (2001, p. 24) destaca também que a língua portuguesa é rica em variedades linguísticas, abrangendo diferentes comunidades de fala como as brasileiras, portuguesas, baianas, curitbanas, e o dialeto rural paulista (ou caipira), entre outros, cada um contribuindo para enriquecer nossa língua e cultura.

Em relação à idade, percebemos diferenças na linguagem conforme as gerações, com jovens utilizando gírias como “demoro” e “tô dentro”, enquanto pessoas mais velhas podem pronunciar essas palavras de maneira distinta. Quanto ao sexo, há distinções na fala entre homens e mulheres, como o uso intensificado de certas palavras pelas mulheres, como “nooossa”, e o uso de diminutivos como “bonitinho” e “fofinho”. (Frangiotti, 2019, p. 20).

O contexto social, por sua vez, influencia como a linguagem é utilizada, conforme Alkmim (2001, p. 25). Em situações formais, como entrevistas de trabalho ou apresentações acadêmicas, o uso da linguagem é mais cuidadoso e adequado ao ambiente, enquanto em contextos informais a fala pode ser mais relaxada e casual.

Na visão da Sociolinguística, todas as variedades linguísticas são completas e nenhuma delas é considerada deficiente ou errada, como muitas vezes ocorre na pedagogia da língua. Esta teoria não encontra espaço na Sociolinguística nem na linguística moderna, como aponta Camacho (2011, p. 34). Para esta disciplina, todas as línguas e suas variedades são igualmente complexas e eficazes para todas as funções que desempenham, sem impor limitações cognitivas na compreensão e na produção de enunciados.

A Sociolinguística evidencia que a língua é variável por natureza, pois existem diversas maneiras de expressão dependendo das circunstâncias (Camacho, 1994, p. 34). Ou seja, a fala não é uniforme entre os falantes; cada um utiliza a linguagem conforme aprendeu e de acordo com seu ambiente social, sendo capaz de adaptar sua fala ao contexto em que se encontra.

4.1 As variações linguísticas e o respeito às diferenças

Existem diversas variações linguísticas em nossa sociedade, após compreender isso, é preciso considerar como as relações de poder influenciam os preconceitos linguísticos e a ordenação de valores dessas variações. Já que como menciona Almeida (2023, p. 8), uma das características mais notáveis da busca pela regulação linguística é que esta visa a satisfazer os padrões das elites sociais que procuram impor os seus próprios pontos de vista linguísticos, culturais e econômicos à custa dos outros, e assim, tem como objetivo manter o poder investido na regulação linguística.

Assim como o tempo, a língua também evolui, ela se renova a cada mudança social e histórica, sendo dinâmica e acompanhando as transformações da sociedade. Por isso, ao longo do tempo, surgem novas variações linguísticas. Cada indivíduo utiliza a linguagem conforme as regras que aprendeu em seu próprio dialeto, refletindo a comunidade linguística à qual pertence. Embora haja diferenças entre dialetos, isso não implica que um seja correto e outro incorreto (Scherre, 2008, p. 223).

A noção de “dialeto”, como abordada no trecho "cada indivíduo utiliza a linguagem conforme as regras que aprendeu em seu próprio dialeto", refere-se às variações linguísticas que ocorrem dentro de uma mesma língua, sendo influenciadas por fatores geográficos, sociais e culturais. Segundo Camacho (2011), os dialetos podem ser entendidos como variedades diatópicas (geográficas) ou diastráticas (socioculturais), cada uma refletindo as condições sociais e históricas da comunidade linguística à qual pertencem os falantes.

Essas variações são legítimas manifestações do uso linguístico, e nenhuma delas pode ser considerada inerentemente superior ou inferior. Pelo contrário, todas cumprem plenamente sua função comunicativa e atendem às necessidades de seus falantes, como demonstrado em análises sociolinguísticas. Essa visão é crucial para combater o preconceito linguístico que ainda associa certas variedades a falta de prestígio ou inadequação social.

Assim, o dialeto não deve ser visto como uma forma de linguagem “menos correta”, mas como uma expressão rica e contextualizada da diversidade linguística de uma língua.

A língua é um fenômeno social, regido por convenções que a circundam. Diferentes dialetos representam apenas usos diversos da mesma língua (Scherre, 2008, p. 223).

Para Soares e Santos (2022, p. 22), a língua consiste no conjunto de variedades usadas por uma comunidade específica, todas reconhecidas por sua heterogeneidade. Ela é compartilhada socialmente por diversas pessoas, assim como cada indivíduo possui seu próprio estilo de se vestir, frequentar lugares, a língua falada também manifesta essas diversidades.

Bagno (2003, p. 184) ainda enfatiza que a língua não se limita aos modelos literários, pois a influência da linguagem utilizada em meios de comunicação como rádio e televisão é muito mais significativa na vida das pessoas do que a linguagem empregada em obras literárias de renomados autores. Por outro lado, a variação informal refere-se à linguagem falada, ou seja, à língua em uso cotidiano, incorporando formas linguísticas que refletem a realidade social.

Com base nisso, Bagno (2003, p. 184) propõe novos termos para ajudar aqueles que enfrentam dificuldades com o uso da norma culta: a) Norma-padrão: para descrever o modelo ideal de língua, algo que está além e acima da prática linguística dos falantes. b) Variedades de prestígio ou prestigiadas: para se referir às variedades linguísticas utilizadas por pessoas com alto nível educacional e vivência urbana. c) Variedades estigmatizadas: para denominar as variedades linguísticas associadas aos grupos sociais menosprezados no Brasil.

Com as mudanças linguísticas, o português falado no Brasil divergiu do português de Portugal. Além disso, a chegada dos africanos escravizados também contribuiu para essa transformação, pois aprenderam o português brasileiro de forma oral, sem ter tido acesso à escola. Como resultado, enfrentaram dificuldades na pronúncia de certas palavras conforme os padrões estabelecidos anteriormente. Esses aspectos estão diretamente ligados ao preconceito linguístico, um fenômeno ainda enraizado na elite nacional, que se manifesta de duas maneiras: “um que vem de dentro da elite para fora e outro de dentro da elite para o seu próprio meio” (Bagno, 2003, p. 76).

Ao analisar o percurso histórico desde os tempos coloniais até os dias atuais, percebe-se que os meios de comunicação e a mídia têm contribuído significativamente para a disseminação do preconceito linguístico na sociedade brasileira. Conforme observado por Bagno (1999, p. 185), a desigualdade na distribuição de renda no Brasil cria disparidades no status social, onde alguns têm acesso privilegiado à educação de qualidade, enquanto outros

enfrentam condições precárias e muitas vezes são obrigados a deixar a escola para ajudar no sustento da família. Essas realidades devem ser consideradas antes de julgar alguém pela forma como se expressa verbalmente; é essencial compreender o contexto individual antes de tirar conclusões precipitadas.

Bagno (2007, p. 185) explora por que tantas pessoas confundem “erro de português” com erros ortográficos, que são desvios na forma escrita da língua, e acabam aplicando esses conceitos também à fala, julgando como errado o uso diferenciado da língua. No entanto, do ponto de vista científico, não há o conceito de “erro” na língua falada. Todos os falantes são competentes, ou seja, todos os falantes nativos de uma língua são proficientes nela, capazes intuitivamente de discernir se um enunciado está gramaticalmente correto ou não, ou seja, se obedece às regras da língua.

Não se pode cometer erros em algo que não foi ensinado, treinado ou que depende de prática e memorização para ser aprendido. A língua materna é adquirida naturalmente pelo próprio falante, desde os primeiros momentos de vida, tal forma que qualquer criança por volta dos 3 ou 4 anos já domina, razoavelmente, a gramática de sua língua (Bagno, 2007, p. 186). As crianças aprendem a se comunicar verbalmente pela oralidade, ouvindo e repetindo os sons da fala, o que torna inadequado dizer que cometem erros ao falar.

De acordo com Scherre (2008, p. 225), a língua portuguesa falada no Brasil possui uma ampla diversidade de dialetos espalhados por todo o território nacional. Esses dialetos são mais evidentes na pronúncia das palavras, que varia de um estado para outro. Essas variações regionais são parte da identidade de cada comunidade falante e também representam nossa cultura, devendo ser valorizadas. Por exemplo, muitos lugares são reconhecidos pelo modo peculiar de falar de seus habitantes, sendo que o sotaque regional já denuncia a origem das pessoas.

Essas diferenças presentes em nossa língua, na perspectiva da Linguística, não podem ser consideradas como “erro”, mas sim como variações. Do ponto de vista linguístico, a ideia de “erro” não tem relevância; trata-se, na verdade, de diferentes formas de utilizar a língua e todos os seus recursos. Como afirmou Bortoni-Ricardo (2004, p. 186), a noção de “erro” é essencialmente sociocultural e decorre de critérios de avaliação preconceituosos.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 187) propôs em sua análise das variedades linguísticas brasileiras três continuidades para melhor estudar essas variações regionais: o contínuo de urbanização, de oralidade-letramento e de monitoração estilística. O contínuo de urbanização compara as variedades regionais brasileiras entre falantes de áreas urbanas e de áreas rurais mais distantes dos centros urbanos. Em uma extremidade desse espectro estão os falares rurais

mais isolados; na outra extremidade estão os falares urbanos que, ao longo do processo sócio-histórico, foram influenciados por normas linguísticas, como a definição do padrão correto de escrita, também conhecido como ortografia, e de pronúncia correta, também chamado de ortoépia, além da criação de dicionários e gramáticas (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 188).

O contínuo de oralidade-letramento examina as situações em que a língua oral e a escrita é utilizada, seja em eventos mediados pela escrita, que são os eventos de letramento, seja em eventos de oralidade, nos quais não há influência direta da escrita. Já o contínuo de monitoração estilística investiga como os falantes adaptam sua expressão verbal de acordo com o contexto em que estão falando, ou seja, o monitoramento da fala depende da situação e do interlocutor, seja porque o interlocutor tem autoridade sobre eles, seja porque o assunto demanda um tratamento mais formal (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 189). São adaptações necessárias dependendo do lugar, situação e pessoa com quem se está dialogando.

Scherre (2008, p. 226) argumenta que todas as variações encontradas nas comunidades recebem um valor atribuído pela sociedade, baseado no status socioeconômico de cada falante. Segundo Alkmim (2001, p. 30), uma variedade linguística "vale" tanto quanto "valem" na sociedade os seus falantes, refletindo o poder e a autoridade que possuem nas relações econômicas e sociais. Para a Linguística, não existem línguas ou variedades desprestigiadas. As línguas são diferentes e as variações existentes são produtos da história e do contexto atual. A ideia de línguas ou variedades desprestigiadas são avaliações sociais baseadas em critérios não linguísticos, mas sim políticos e sociais.

Portanto, não avaliamos apenas a fala, mas sim o indivíduo, baseando-nos em sua posição na estrutura social (Alkmim, 2001, p. 32). O preconceito muitas vezes é social; ou seja, não se dirige apenas à maneira como alguém fala, mas também à posição social que essa pessoa ocupa na sociedade e à sua origem regional. Assim como há preconceito contra certos dialetos associados a determinadas classes sociais, também existe preconceito contra os modos de falar característicos de certas regiões, como observado por Bagno (1999, p. 185).

4.2 Variação linguística e ensino

Sabemos que a comunicação verbal é a forma mais utilizada entre os seres humanos para expressar seus pensamentos e sentimentos. Este intercâmbio acontece diariamente, envolvendo diferentes pessoas. Por isso, a linguagem falada está sempre se adaptando e se transformando, não sendo algo fixo ou padronizado. A escrita, nesse contexto, não consegue

captar exatamente toda essa complexidade da fala, sendo apenas uma tentativa de representação, como aponta (Scherre, 2008, p. 228).

É fundamental compreender que, mesmo que a linguagem utilizada não seja considerada adequada para uma determinada situação, se ela conseguir transmitir a mensagem de forma eficaz ao interlocutor, a comunicação foi bem-sucedida. Então, qual a importância de estudar a norma padrão na escola? A escola ensina o uso das modalidades oral e escrita da linguagem em contextos públicos, incluindo a variedade linguística padrão.

Quando a criança chega à escola, ela já domina o uso da linguagem em diferentes contextos privados, demonstrando um conhecimento prévio das regras de uso da língua. A partir desse ponto, ela continua a aprender a falar, ler e escrever em situações que exigem o domínio da chamada língua padrão. Na escola, ela terá a oportunidade de desenvolver sua competência discursiva (Görski; Coelho, 2009, p. 73).

A norma culta estabelece o padrão da língua em nosso país, proporcionando uniformidade linguística. Imaginemos a confusão que seria estudar um livro didático escrito por alguém do Nordeste do Brasil sendo usado por um estudante no Sudeste. As variações linguísticas entre essas regiões são evidentes, o que certamente prejudicaria a eficácia da comunicação. Segundo Valle (2013, p. 200), toda língua possui um padrão culto que se aproxima das regras descritas na gramática normativa.

Para que o ensino da norma padrão seja eficaz, o educador deve trabalhar com a diversidade linguística, pois ela é tão importante quanto a norma culta para a educação dos alunos. Segundo Scherre (2008, p. 230), respeitar as diferentes histórias linguísticas que cada aluno traz consigo e muitas vezes os professores acabam negligenciando o trabalho com a variação linguística ou o abordam de maneira inadequada.

Enquanto a gramática tradicional impõe uma visão de língua homogênea e estática, a linguística reconhece sua heterogeneidade, mutabilidade e adaptabilidade conforme o falante e sua identidade. Ainda conforme apontado Scherre (2008, p. 230), quando o professor ensina gramática normativa, ele não está ensinando a língua materna, pois esta é adquirida naturalmente, não ensinada nem aprendida.

Rocha (2021, p. 6) destaca que muitos estudantes no Brasil são alvos de discriminação na sala de aula devido ao uso de um determinado dialeto linguístico para se comunicarem. Frequentemente, os professores não recebem orientação adequada durante sua formação sobre a importância de respeitar e integrar a diversidade linguística de maneira positiva no ambiente escolar. A solução para alcançar um equilíbrio no ensino entre a variação

linguística e a norma culta reside na formação dos educadores de língua portuguesa e pedagogos.

Segundo Bagno (2007, p. 191), é crucial fomentar nas aulas de língua materna um maior e mais profundo conhecimento das diversas variedades sociolinguísticas, convertendo a sala de aula de um espaço restrito ao estudo das variedades mais prestigiadas em um laboratório dinâmico para explorar o idioma em sua plena diversidade de manifestações e aplicações.

A língua utilizada pelos alunos é aquela que aprenderam desde o nascimento. É o instrumento básico para sua sobrevivência, sendo capaz de transmitir um pedido de ajuda tão eficaz quanto uma mensagem escrita. Bagno (2007, p. 192) considera a língua escrita uma forma artificial da língua falada, exigindo treino, memorização e conformidade com regras fixas que tendem a ser conservadoras, sendo apenas uma representação incompleta da língua falada.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de língua portuguesa destacam a importância de abordar a variação linguística em sala de aula, contribuindo para que os alunos desenvolvam respeito mútuo e desmistifiquem a ideia de que há apenas uma forma correta de falar (Brasil, 1998, p. 135). Antes da democratização do ensino no Brasil, quando o acesso à escola era restrito, alunos e professores eram predominantemente de áreas urbanas e influenciados pela cultura da escrita e pelo policiamento linguístico (Bagno, 2007, p. 193).

Rocha (2021, p. 7) esclarece que a partir de 1960, a composição de docentes e alunos mudou significativamente. Pessoas de áreas rurais, favelas e classes sociais menos favorecidas passaram a frequentar a escola, alterando a dinâmica do ensino público. Surgiu então a expressão que hoje conhecemos como "a qualidade do ensino nas escolas públicas já foi melhor", sem que muitos compreendam o real significado por trás dela. Essa expressão reflete o julgamento de que as classes menos privilegiadas da sociedade - os pobres - supostamente deterioraram o ensino ao trazer consigo suas variedades linguísticas não contempladas nos planos educacionais. Os professores não estavam preparados para essa mudança e acabaram se afastando, abrindo espaço para uma nova geração de educadores.

Portanto, as escolas passaram a contar com professores provenientes de áreas rurais e favelas, conseqüentemente falantes de diferentes variedades linguísticas. No início dos anos 80, o ensino de língua portuguesa enfrentou críticas severas, especialmente em relação à "superescolarização das atividades de leitura e escrita" e à "valorização excessiva da gramática normativa, com o conseqüente preconceito contra formas de oralidade e variedades não padrão" (Brasil, 1998, p. 165). Isso levou as autoridades públicas a revisarem as práticas

de ensino da língua, caminhando para uma redefinição da noção de “erro”, reconhecendo e valorizando as variedades linguísticas dos alunos, muitas delas estigmatizadas socialmente, e promovendo o trabalho com textos reais em vez de textos especialmente elaborados para o aprendizado da escrita.

Embora o ensino de língua portuguesa tenha evoluído significativamente, ainda há um longo caminho a percorrer para integrar adequadamente a variante linguística dos alunos em sala de aula. Muitos professores ainda adotam uma postura preconceituosa e corretiva diante das normas que fogem ao padrão linguístico. Portanto, é essencial lembrar sempre que a língua materna do povo brasileiro não é apenas a norma culta, mas também suas variadas formas linguísticas.

4.3 Variação e preconceito linguístico

O Brasil é uma nação com muita diversidade, com uma tapeçaria de histórias e culturas que enriquecem nossa identidade, incluindo nossa língua. Essa diversidade é o que torna o Brasil um país multicultural. Então, por que os falantes de diferentes variedades linguísticas sofrem tanto preconceito?

Segundo Orsi (2011, p. 334), o preconceito linguístico surge da ideia arraigada de que só existe uma forma correta de falar, conforme determinado pela escola, gramática e dicionário. Qualquer desvio desse padrão é rotulado como erro. Este preconceito é tão poderoso porque muitas vezes é invisível; as pessoas não percebem sua presença, mas ele está arraigado nas hierarquias sociais, associando as variações linguísticas aos estratos menos favorecidos da sociedade. Este problema persiste porque, sem o reconhecimento do preconceito, não podemos enfrentá-lo, e assim ele continua a crescer.

Além disso, para Orsi (2011, p. 335), o preconceito linguístico está profundamente entrelaçado com fatores socioeconômicos e desigualdades sociais. Muitos brasileiros, por razões econômicas, não têm acesso à educação formal. Eles precisam trabalhar desde cedo ou vivem em áreas sem escolas próximas, tornando impossível para eles frequentar uma instituição educacional mais distante. Isso resulta em um grande fosso linguístico entre aqueles que falam variedades estigmatizadas e aqueles que falam variedades prestigiadas. A língua é vista como um sinal de poder, e os falantes das variedades socialmente valorizadas

frequentemente se consideram superiores aos falantes das variedades estigmatizadas, simplesmente por terem mais oportunidades na vida.

Paralelamente ao preconceito social, existe também o preconceito regional. Residentes de regiões mais prósperas do país muitas vezes manifestam uma certa aversão aos sotaques usados por habitantes das áreas mais pobres do Brasil. Os nordestinos, por exemplo, são frequentemente alvos desse preconceito, sendo rotulados como preguiçosos devido ao seu modo mais cadenciado de falar, além de serem injustamente estereotipados como pessoas sem caráter e ignorantes. Para intensificar esse preconceito, os livros didáticos frequentemente retratam os nordestinos como indivíduos pobres, analfabetos e dependentes de assistência governamental e de doações. É crucial compreender que ao humilhar um falante de uma determinada variante linguística, não se humilha apenas ele, mas toda uma comunidade, uma cultura.

Bagno (2003, p. 196) observa que esse preconceito também é alimentado diariamente por programas de televisão, rádio, colunas de jornais e revistas, além de livros e manuais que tentam impor o que é considerado “certo” e “errado”. Scherre (2008,) ressalta de maneira perspicaz como a mídia contribui para esse incentivo ao preconceito linguístico, muitas vezes abordando o assunto de forma cômica, o que nos leva a achar graça sem refletir sobre as consequências disso.

Segundo Scherre (2008, p. 230), esse preconceito é resultado de uma longa história de imposição da gramática normativa, que nos ensinou a acreditar que qualquer forma linguística divergente das regras gramaticais estabelecidas nos livros é automaticamente “errada”. É uma tradição que trata a língua como um sistema rígido de leis a serem obedecidas, e aqueles que não se enquadram nessas regras são frequentemente “julgados e condenados” por isso.

A variação linguística está presente na vida de todos os cidadãos, independentemente de sua educação formal. Ela se manifesta em todos os estados brasileiros, dentro das famílias, nos contextos profissionais e no convívio social. É uma parte intrínseca de nossa língua materna, adquirida desde o nascimento. Conforme Bagno (1999, p. 231), há oito mitos relacionados ao preconceito linguístico. Um desses mitos destacados é a ideia de que o português falado no Brasil é uniforme e possui uma unidade surpreendente. O autor desmistifica esse mito ao evidenciar a diversidade linguística do país, onde são faladas mais de duzentas línguas diferentes, incluindo línguas indígenas, dentre outras trazidas por imigrantes europeus e asiáticos, além dos dialetos originados nos contatos interculturais nas fronteiras com países vizinhos, e os traços linguísticos remanescentes das diversas línguas

africanas. O autor também menciona a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), embora a Libras não seja uma variante, mas, sim, uma segunda língua.

Ademais, é cientificamente comprovado que nenhum país possui uma única maneira de falar sua língua, pois todas as línguas apresentam variações, já que sempre há mais de um falante. Se houvesse apenas uma forma de língua, ela seria utilizada por uma única pessoa. Se considerarmos que a língua é realmente única, então muitas pessoas seriam consideradas “sem língua”, por não terem acesso à norma padrão, assim como são privadas de casa, saúde, alimentação, trabalho e educação.

Do outro lado do preconceito linguístico está a exclusão social, algo mais comum do que se imagina. Muitos serviços são inacessíveis para falantes de variantes estigmatizadas simplesmente porque não compreendem a língua utilizada. Um exemplo disso são as leis presentes na Carta Magna, visto que a escrita dela é de difícil compreensão para as comunidades que não passaram pelo processo formativo da Educação Básica e Superior, em razão disso, considera-se que ela deveria ser redigida de forma universal e compreensível tanto para os educados quanto para os não alfabetizados.

Scherre (2008, p. 227) observa também a exclusão que ocorre em entrevistas de emprego, quando o candidato é rejeitado por utilizar uma determinada variante linguística. O entrevistado pertence a um grupo social com sua própria bagagem cultural; ao ser discriminado, todo um povo é discriminado junto. Não deveria ser necessário para alguém ocultar sua identidade linguística para ser aceito em qualquer situação.

Laperuta-Martins (2017, p. 305) discute que primeiro se elege uma variedade linguística como “a melhor, mais pura e mais bela”, criando-se uma norma explícita que privilegia apenas um dos usos possíveis, ignorando as normas implícitas que se aplicam aos demais usos. Essa norma padrão passa a ser imposta como a única forma “correta” de se usar a língua. No entanto, as regras da gramática normativa muitas vezes não correspondem ao uso efetivo da língua no Brasil. O desvio dessas regras é rotulado como “erro de português”, mesmo que represente a forma mais comum em nosso sistema linguístico.

Esse tipo de preconceito é resultado do ensino tradicional da gramática normativa, que nos acostumou a considerar como erradas todas as formas gramaticais que não estão nos livros didáticos. No entanto, essa visão de certo e errado é inadequada, pois o que é considerado certo hoje pode não ser mais amanhã. Quando se trata da nossa língua falada, não há erro, apenas diferentes formas de expressão. Alguns professores preferem acreditar que a língua é algo estático e definitivo ao longo dos anos, o que é reconfortante, mas equivocado. A língua portuguesa é viva, flexível e diversificada. Muitos educadores já perceberam a

presença do preconceito linguístico em obras literárias, na gramática normativa e nos livros didáticos. Eles foram alertados através de debates, leituras científicas e conferências, mas ainda não encontraram material suficiente para enriquecer a abordagem de determinados conteúdos (Bagno, 1999, p. 159).

O professor deve atuar na mudança de atitudes em relação ao preconceito linguístico. Bagno (1999, p. 123) sugere que em vez de simplesmente repetir o que é ensinado, o professor deve refletir criticamente sobre o conteúdo. Dessa forma, enquanto docentes, não devemos limitar nosso ensino apenas à transmissão passiva do conhecimento, mas buscar uma compreensão mais profunda e contextualizada dos temas abordados.

Para combater o preconceito linguístico destacado no texto, é necessário um trabalho de conscientização estruturado, principalmente no ambiente educacional. A escola deve desempenhar um papel fundamental, desconstruindo o mito de que há uma única forma "correta" de falar o português. Essa tarefa exige a implementação de estratégias pedagógicas que valorizem as diversas variedades linguísticas existentes no Brasil e que promovam o respeito pela diversidade cultural e social refletida na linguagem.

Os docentes devem incentivar debates que evidenciem o caráter vivo e dinâmico da língua, além de promover análises críticas de materiais didáticos que reforçam preconceitos. Outro ponto crucial é demonstrar que a língua escrita e a falada possuem normas diferentes, e que a fala, em suas múltiplas variações, não deve ser vista como inferior, mas como legítima e funcional em seus contextos.

As pessoas com variações de menor prestígio, que não seguem as normas gramaticais/culturais tradicionais podem ser socialmente avançadas em muitos aspectos, mesmo que sejam capazes de desempenhar tarefas e funções melhor do que as pessoas que usam a norma culta. De acordo Almeida (2023, p. 8), isso ocorre como resultado da institucionalização e internalização deste mito linguístico pela sociedade, essa ferramenta de comunicação fortalece a forma como as relações de poder são mantidas entre os falantes.

Além do exposto, Viana (2009, p. 12) explica que quem está no poder censura o discurso e não permite que ideias venham à tona, apenas aquelas que estão de acordo com as relações de poder da sociedade. Além disso, o discurso tem o efeito de reproduzir e mobilizar o poder, em outras palavras, o discurso reproduz ou questiona relações de poder baseadas na realidade.

Como a linguagem tem caráter social, seu dinamismo, historicidade e singularidade são moldados pela sociedade em que é utilizada. Em essência, linguagem e sociedade contam com uma relação sinônima pois estão intimamente relacionadas. As já que as línguas são

criadas pelas sociedades e são específicas e organizadas com base em características como vocabulário, semântica e gramática (Viana, 2009, p. 12).

A luta de classes que permeia a linguagem gira em torno dos signos usados na comunicação humana. Nesse sentido, a consciência humana não pode ser libertada para além de um certo limite se a classe dominante tiver interesse em impedi-la. Em razão disso, eles tendem a impor sua ideologia, conceitos e mentalidade aos outros. Viana (2009, p. 12) explica que existem outras classes sociais que resistem e possuem uma classe social que utiliza variações de linguagens diferentes, no entanto, as diferenças de linguagem ocorrem por meio de uma totalidade, sendo assim, a diferença surge por meio de uma semelhança.

5 PRESTÍGIO LINGUÍSTICO E ESTIGMATIZAÇÃO

A Sociolinguística trata amplamente da questão do prestígio linguístico e de sua contrapartida, o preconceito linguístico, sendo temas centrais para compreender as relações de poder e identidade no uso da língua. O conceito de prestígio, entretanto, não se limita exclusivamente a essa área, uma vez que é abordado também em outras disciplinas, como sociologia e antropologia. Conforme destacado por Roncarati (2008, p. 46), é necessário considerar pelo menos três abordagens distintas ao tratar do prestígio linguístico: a sociológica, que examina os fatores sociais que conferem status a determinadas variedades linguísticas; a linguística, que foca nas características internas das línguas e suas variações; e a sociolinguística, que explora a interação entre a linguagem e os contextos sociais, analisando como o prestígio se manifesta e se reproduz no cotidiano dos falantes.

A Sociolinguística lida extensivamente com a questão do prestígio linguístico e de sua contrapartida, o preconceito linguístico. O conceito de prestígio não se limita apenas à linguística, sendo abordado também em outras áreas do conhecimento. Segundo Roncarati (2008, p. 46), três perspectivas fundamentais devem ser consideradas ao tratar do prestígio linguístico: a Sociológica, a Linguística e a Sociolinguística.

No âmbito sociológico, o prestígio linguístico está relacionado a quatro variáveis principais: ocupação, classe, posição/status e poder. A ocupação refere-se ao conjunto de

atividades, formais ou informais, que constituem a principal fonte de sustento econômico; a classe é um conceito complexo que se relaciona à quantidade e fonte de renda utilizada para atender às necessidades básicas; a posição/status está associada ao respeito e reconhecimento obtidos por meio da posição social ocupada; e o poder refere-se à capacidade de influenciar ou realizar vontades no contexto social. No entanto, é importante destacar que o prestígio não pode ser reduzido à mera imposição de poder. Ele é construído a partir de interações sociais e do reconhecimento coletivo, que conferem valor à linguagem e às práticas dos falantes dentro de um dado contexto.

Esse entendimento reforça a ideia de que o prestígio linguístico não é apenas uma questão de domínio de uma norma ou variante, mas está profundamente enraizado nas dinâmicas sociais e culturais que permeiam as relações humanas. Assim, sua construção exige um equilíbrio entre o uso linguístico, o contexto social e o reconhecimento das práticas de diferentes comunidades.

O viés sociológico do prestígio linguístico pode ser complementado por uma abordagem funcional, que considera os estratos ou posições sociais com base em sua relevância para o funcionamento da sociedade. Nesta perspectiva, as posições sociais são avaliadas de acordo com sua contribuição para o bem-estar coletivo e o número de indivíduos capacitados a ocupá-las. Por exemplo, um trabalhador alcançaria prestígio social não apenas por ocupar uma posição específica, mas também pela maneira como desempenha sua função e pelo impacto positivo que isso gera no contexto social.

Nessa abordagem, há uma relação intrínseca entre a funcionalidade de um indivíduo no meio social e o prestígio que ele obtém. Quanto mais eficaz e socialmente reconhecida for a execução de suas tarefas, maior será o grau de aceitação e respeito conferido ao seu papel na sociedade (Roncarati, 2008, p. 46). Essa perspectiva funcional, portanto, destaca que o prestígio não é apenas um atributo intrínseco da posição ocupada, mas também um reflexo da qualidade com que essa posição é exercida e percebida socialmente.

O prestígio linguístico, dentro do âmbito linguístico especificado por Roncarati (2008, p. 47), pode ser categorizado por injunções sociais (extralinguísticas) e linguísticas que definem a variedade e qualificam o seu uso como prestigioso, padronizado ou estigmatizado. Nesse sentido, a concessão de prestígio depende da influência de agências emblemáticas e institucionalizadas, como padrões acadêmicos, meios de comunicação, instituições de ensino e sistemas normativos, que reforçam e disseminam determinadas variedades linguísticas como socialmente aceitáveis ou superiores. Essas agências, ao legitimarem certos usos da língua, não apenas determinam o que é considerado prestigioso, mas também contribuem para a

exclusão ou estigmatização de outras variedades linguísticas. Contudo, é válido destacar o seguinte:

[...] não deve ser confundida com a norma, já que se relaciona às distintas alternativas sintático-semânticas de que os usuários da língua dispõem a partir de um sistema de produção de sentidos dentro de um determinado grupo sócio-cultural. Assim, um uso pode ser aceito em uma dada comunidade lingüística ou da fala, mas rejeitado em outra (Roncarati, 2008, p. 47)

Ademais, Roncarati (2008, p. 47) menciona que é possível medir o prestígio no contexto sociolinguístico por meio de ocupações (prestígio, reputação e posição social de uma pessoa) e atitudes (prestígio como conduta, apoiado por formas de vida e posturas culturalmente valorizadas a partir de interação entre membros de distintos grupos). Este domínio também distingue entre prestígio vertical ou externo (entre classes ou grupos sociais, influenciando, por exemplo, a imitação de comportamentos das classes superiores pelas classes inferiores) e o prestígio horizontal/interno (dentro de cada classe ou grupo social, por exemplo, na difusão de inovações ou mudanças linguísticas dentro dessa classe ou grupo).

Além dessa perspectiva, é possível mencionar o que foi posto por Silva e Gomes (2020, p. 55), que destacam que outro parâmetro relevante é a relação entre a consciência linguística e a consciência sociolinguística, ou seja, como ideias positivas podem ser utilizadas para crenças voltadas ao prestígio social ligado a uma variedade linguística. Os autores observaram que quanto mais as pessoas tiverem consciência da cultura e da sociedade, e quanto maior for a sua interação entre diferentes instituições sociais, menos preconceitos elas terão sobre as diferenças linguísticas.

Por exemplo, em contextos educacionais, projetos que promovem o contato entre estudantes de diferentes regiões do Brasil, como feiras culturais ou intercâmbios linguísticos, tendem a reduzir preconceitos, ao permitir que os participantes compreendam a riqueza das variações linguísticas como parte da identidade cultural de cada região. Nessas ocasiões, o conhecimento sobre a diversidade de sotaques e vocabulários pode ser ampliado, ajudando a desmistificar estereótipos e promovendo atitudes mais inclusivas e respeitosas (Silva; Gomes, 2020).

Como resultado, se considerar-se a consciência sociolinguística como parte integrante da competência linguística, é possível mitigar o resultado de julgamentos de valores; no entanto, certos comportamentos estereotipados e preconcebidos também podem ser controlados. Assim, quanto maior o mercado linguístico, ou quanto maior o intercâmbio linguístico entre diferentes comunidades dialetais, maior será a oportunidade para os

colaboradores de estudos sociolinguísticos compreenderem que não existe fala “agramatical” (Silva; Gomes, 2020, p. 55)

O conceito de mercado linguístico, segundo Bourdieu (1999), refere-se ao espaço social em que os usos da língua são valorizados ou desvalorizados conforme os capitais simbólicos atribuídos a diferentes grupos sociais. Por exemplo, em um mercado linguístico onde predomina uma norma culta urbana, variantes regionais ou dialetais podem ser vistas como inferiores. Esse mercado é mediado por instituições como escolas, meios de comunicação e padrões normativos, que legitimam certas variedades enquanto estigmatizam outras. A conscientização sobre esses mecanismos é essencial para desmistificar o preconceito linguístico e promover a valorização da diversidade cultural e linguística.

De acordo com Silva e Gomes (2020, p. 61), as discrepâncias em relação aos dados de convergência linguística, que podem ser chamadas de acomodação dialetal, são extremas. Nesse contexto, é importante esclarecer que o termo convergência linguística refere-se ao fenômeno em que falantes de diferentes variedades linguísticas, ao interagirem, ajustam suas formas de fala para se aproximarem linguística e socialmente. Já o conceito de acomodação dialetal está relacionado à adaptação linguística que ocorre quando um falante ajusta seu dialeto em função de um contexto sociocultural específico, seja por razões de prestígio, pertencimento ou integração em uma nova comunidade de fala.

Por exemplo, no caso de falantes nordestinos que migram para regiões do Sudeste brasileiro, é comum que adotem características do dialeto local, como mudanças na pronúncia ou no vocabulário, para facilitar a comunicação e evitar estigmas. Esses fenômenos demonstram como as atitudes sociolinguísticas influenciam diretamente a maneira como os falantes moldam sua linguagem em situações de contato dialetal.

Assim, de acordo com Silva e Gomes (2020, p. 61),

Enquanto no trabalho de Chacon (2012) foi observado um total de 65,2% de não acomodação do falar paulista ao falar paraibano, os dados coletados por Silva (2016) mostram que os paraibanos acomodaram em 68% das ocorrências gerais do mesmo segmento ao falar paulista. Em situação de “etnografia”, nomeado por Silva (2016) como uma forma mais espontânea de coleta e que outros interlocutores estão inseridos no processo de comunicação social, os dados são ainda mais promissores ao efeito da acomodação dialetal. Foi observado um total de 92% de convergência linguística dos falantes paraibanos em relação ao falar paulista, nesta situação de interação.

Esse dado de “não acomodação”, que corresponde a 65,2%, indica a resistência ou manutenção das características próprias do falar paulista, mesmo em contextos de interação com falantes de outros dialetos. Em termos sociolinguísticos, essa não acomodação pode ser explicada pela percepção de prestígio linguístico atribuído ao falar paulista, que muitas vezes

está associado a fatores socioeconômicos e culturais. Segundo Silva e Gomes (2020, p. 61), essa resistência ocorre quando o dialeto em questão é percebido como dominante ou superior em um contexto de contato dialetal, levando os falantes a preservarem suas características linguísticas, mesmo diante de pressões adaptativas.

Esses resultados reforçam a complexidade das interações dialetais, em que fatores sociais, culturais e psicológicos influenciam as decisões linguísticas, revelando como as atitudes e percepções sobre prestígio e identidade moldam o comportamento linguístico em contextos de contato.

O conceito de prestígio linguístico oculto, conforme apresentado por Labov (1983), refere-se às forças sutis e implícitas que conferem prestígio a certas variantes linguísticas, muitas vezes de maneira menos evidente do que as normas explícitas. Essas forças incluem influências institucionais, como as práticas acadêmicas e padrões gramaticais, que moldam as percepções sobre o que constitui uma forma de linguagem "apropriada" ou "aceitável". Além disso, o prestígio linguístico oculto não se limita às variantes padrão, mas pode também valorizar usos vernaculares em contextos informais, destacando a complexidade dos critérios que guiam a percepção e a aceitação social das variedades linguísticas (Labov, 1983).

Conforme Labov (1983), esses dados apenas corroboram o conceito de prestígio linguístico oculto, que sugere que as variantes padrão adquirem prestígio por meio de forças evidentes (assim como por forças não evidentes), como a academia e as gramáticas tradicionais que determinam usos e contextos para cada uma. A contrapressão que valoriza o uso vernáculo em contextos informais deve-se ao fato de que as forças do prestígio linguístico são mais sutis para as variantes padrão, que continuam a ser vistas como referência (Silva; Gomes, 2020, p. 61).

Essa abordagem evidencia que o prestígio linguístico não é apenas o resultado de uma imposição explícita, mas também de práticas sociais que reforçam e legitimam determinados usos linguísticos ao longo do tempo, criando uma hierarquia implícita entre variantes. Assim, o conceito sublinha a necessidade de compreender como fatores sociais e culturais interagem para moldar os critérios de prestígio linguístico, o que é fundamental para estudos sociolinguísticos que buscam desmistificar preconceitos e promover uma visão mais inclusiva das variações linguísticas.

Ademais, Schneider (2009, p. 83) menciona que o domínio de um falante em relação a um fonema emprestado é geralmente status para a posição de uma variedade linguística. E a transferência fonética pode, por sua vez, encorajar o prestígio ou o estigma de várias formas. Em razão disso, é comum que atitudes em relação a diversos objetos usados com menor

prestígio sejam estigmatizadas e usados para gerar efeito cômico, gerando marcações negativas.

Conforme Schneider (2009, p. 83), o domínio de um falante em relação a um fonema emprestado frequentemente reflete o status de uma variedade linguística. Nesse contexto, a transferência fonética pode ser um mecanismo que tanto encoraja o prestígio quanto o estigma de determinadas formas linguísticas. Por exemplo, fonemas associados a grupos socialmente valorizados tendem a ganhar prestígio, enquanto aqueles relacionados a comunidades estigmatizadas podem ser usados como objeto de ridicularização, reforçando preconceitos linguísticos. Essa dinâmica exemplifica como os fenômenos de acomodação dialetal e convergência linguística operam, influenciando a percepção e o uso das variantes dentro de contextos socioculturais específicos (Silva; Gomes, 2020, p. 61).

Adicionalmente, ao tratar da acomodação linguística, é essencial explicitar que este conceito se refere ao processo pelo qual um falante ajusta sua pronúncia, ritmo ou até mesmo escolhas lexicais para se alinhar com o estilo de outro interlocutor, frequentemente em busca de aprovação social ou integração. Essa convergência ocorre em diversos níveis, desde o uso consciente de variantes de prestígio até adaptações inconscientes, influenciadas por fatores como status, pertencimento e interação contínua com diferentes grupos linguísticos (Lima, 2013, p. 44).

Essa análise não apenas ilustra o impacto da transferência fonética sobre o prestígio linguístico, mas também sublinha a necessidade de examinar com maior profundidade as forças socioculturais que moldam tais processos. A investigação detalhada das condições que facilitam ou inibem a acomodação linguística pode, assim, esclarecer os mecanismos de construção de identidade e inclusão social por meio da linguagem.

Como observa Schneider (2009, p. 83), essas (des)sonorizações são percebidas localmente como traços estigmatizados e, por esse motivo, há mais pressão social e menos correções do que neutralização da vibrante em sala de aula, acelerando o possível desaparecimento da (des)sonorização, que foi analisado e constatado em uma entrevista sociolinguística realizada com uma comunidade de Panambi/RS.

Essas (des)sonorizações referem-se, especificamente, às trocas fonêmicas entre consoantes surdas e sonoras, como /b, d, g/ ↔ /p, t, k/, características da variedade Hunsrückisch em contato com o português. Essas trocas, muitas vezes vistas como "erros", resultam da interferência linguística entre os sistemas fonológicos dessas línguas. Além disso, a neutralização do /r/ forte no português, em contextos como início de palavra ou entre vogais, também é mencionada como um fenômeno recorrente nessas comunidades. Esses traços

fonéticos são transferidos para o português falado, especialmente por falantes bilíngues ou em contextos de contato linguístico prolongado, refletindo padrões da língua materna (Schneider, 2009, p. 83).

A análise desses fenômenos revela como características fonológicas podem se tornar alvo de estigmatização, influenciando negativamente a identidade linguística dos falantes e contribuindo para a exclusão social. No entanto, compreender e valorizar essas variações no contexto educacional pode fomentar uma abordagem mais inclusiva e respeitosa, promovendo a aceitação das diversidades linguísticas no espaço social e pedagógico.

A análise da acomodação dialetal, especialmente no contexto brasileiro, destaca-se como um campo fértil para a compreensão das interações entre linguagem e sociedade. De acordo com Labov (1983), a variação linguística é um fenômeno essencial para entender as mudanças estruturais na língua, pois reflete tanto fatores internos quanto externos, como contexto social e atitudes linguísticas. Nesse sentido, a Sociolinguística Variacionista, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968), fornece o arcabouço teórico para investigar como padrões de fala emergem, persistem ou se transformam em uma comunidade de fala.

Um exemplo relevante é o estudo sobre a realização da fricativa coronal /S/ em posição de cada silábica, analisado por Lima (2013). Esse trabalho, baseado na Teoria da Acomodação da Comunicação de Giles *et al.* (1987), investiga como indivíduos ajustam suas práticas linguísticas ao interagir em novos contextos sociais. Em Recife, a acomodação é observada na palatalização do /S/, que ocorre de forma mais abrangente em comparação a outras regiões, sendo motivada por fatores como tempo de exposição e atitudes positivas em relação ao dialeto local.

Além disso, os estudos de atitudes linguísticas desempenham um papel central na compreensão desses fenômenos. Conforme Fernández (1998), atitudes positivas em relação a uma variedade linguística frequentemente resultam na adoção de características dessa variedade, enquanto atitudes negativas podem reforçar a preservação do dialeto de origem. Esses processos, analisados sob a ótica de Bourdieu (1999) e sua teoria do mercado linguístico, evidenciam como o prestígio atribuído a certas variedades influencia o comportamento linguístico dos falantes.

Portanto, a abordagem da acomodação linguística não apenas elucida os mecanismos subjacentes à mudança linguística, mas também revela as dinâmicas de poder e identidade que permeiam o uso da língua. A teorização de Labov (1983) sobre a mudança linguística, articulada com os modelos explicativos de Giles *et al.* (1987) e Bourdieu (1999), reforça a importância de considerar tanto os aspectos estruturais quanto os psicossociais no estudo da

linguagem em uso. Essa intersecção de perspectivas teóricas é fundamental para aprofundar o entendimento das variações e das transformações que caracterizam a experiência linguística nas comunidades contemporâneas.

Como observa Schneider (2009, p. 83), essas (des)sonorizações são percebidas localmente como traços estigmatizados e, por esse motivo, há mais pressão social e menos correções do que neutralização da vibrante em sala de aula, acelerando o possível desaparecimento da (des)sonorização, que foi analisado e constatado em uma entrevista sociolinguística realizada com uma comunidade de Panambi/RS.

Nesse viés, Schneider (2009, p. 83) explica que as variações dialetais são geralmente tratadas com base no princípio da correção ou ignoradas. Em ambos os casos, as alterações fonêmicas são problemáticas porque são tratadas apenas como “erros de interferência” que devem ser corrigidos, o que desrespeita a identidade dos alunos; e ignorá-los muitas vezes significa condená-lo a carregar o estigma de uma variedade sem prestígio no contexto nacional, pelo qual terão de responder tanto social como profissionalmente no futuro.

Apesar da breve explicação do que seria o prestígio linguístico e sua forma de ser encontrada e estudada socialmente, é pontuado por Roncarati (2008, p. 47) que não é possível tratar sobre preconceito e prestígio linguístico sem considerar o problema da avaliação linguística, que:

[...] diz respeito a qualquer nível de atenção dos falantes em relação à fala e busca compreender de que maneira os membros de uma comunidade de fala avaliam determinada mudança, qual o efeito dessa avaliação na mudança e até que ponto o estigma social influencia diretamente o curso da mudança linguística (Roncarati, 2008, p. 48).

Um objetivo da avaliação linguística é estudar como os membros de uma comunidade respondem a uma determinada mudança. Os efeitos destas respostas e reações estendem-se por toda a gama da consciência, desde discussões abertas até reações que não podem ser vistas a olho nu. Desse modo, Roncarati (2008, p. 48) explica que a maioria dos estudos examinam reações evidentes a mudanças que atingem um certo nível de consciência, e nesses é pontuado que geralmente há reações negativas a tais eventos.

Nesse sentido, podem distinguir-se dois níveis de avaliação: a análise da mudança linguística realizada pelas próprias populações locais e a avaliação da mudança linguística liderada por linguistas, que se preocupam em saber como uma comunidade pode mudar, sem diminuir a sua importância e as suas funções dos referenciais da comunicação.

Muitas vezes há um conflito entre valores sociais marcados por diferentes formas linguísticas: uma conservadora e outra inovadora. O ponto a destacar aqui é que os valores

sociais podem ser comprometidos por correções sistêmicas irregulares, as quais Roncarati (2008, p. 49) descreve como intervenções inconsistentes ou inadequadas que ocorrem no processo de ensino-aprendizagem. Essas correções, em vez de promoverem a assimilação das normas linguísticas de forma equitativa, podem reforçar estigmas ou preconceitos. Por exemplo, ao enfatizar excessivamente a norma padrão e ignorar a legitimidade das variantes linguísticas, os educadores contribuem para a marginalização de falantes de variedades consideradas "menos prestigiadas."

Esse fenômeno reflete um problema recorrente no ensino da língua portuguesa: a ausência de uma abordagem inclusiva que considere as variações linguísticas como parte integrante da identidade cultural e social dos falantes. Conforme Roncarati (2008), a solução passa pela capacitação docente, enfatizando a sociolinguística como ferramenta essencial para a valorização e o respeito às múltiplas manifestações da língua.

Essencialmente, é relevante distinguir os diferentes estágios de mudança, à medida que as formas linguísticas e outros fatores passaram por uma série de mudanças no processo social de avaliação. Sendo assim, a mudança ocorre tanto no nível individual quanto no nível comunitário, desse modo, é possível dividir as mudanças em quatro categorias: mudanças implementadas; mudança mais adiantada em virtude da implementação, estágios de taxa média e mudança incipiente.

Ademais, Roncarati (2008, p. 49) destaca que em termos de estrutura, as formas e variantes linguísticas difundem-se por todo o sistema ao longo do tempo, desde contextos mais restritos até contextos mais amplos. Em razão disso, há uma luta evolutiva entre formas novas e antigas, com as novas espalhando-se tanto entre falantes como entre contextos linguísticos.

Nessa perspectiva, Roncarati (2008, p. 50) explica que geralmente são os estágios iniciais da mudança que passam despercebidos pelos membros de uma determinada comunidade linguística. Além disso, enfatiza que um grupo social menos desenvolvido apresenta uma maior taxa de mudança de linguagem em comparação com grupos liderantes. Essa maior taxa de mudança pode ser explicada pelo fato de que os grupos socialmente menos privilegiados estão mais expostos à necessidade de adaptação linguística para se adequar às normas de grupos dominantes, o que muitas vezes resulta em maior flexibilidade na adoção de novas formas e no abandono de traços considerados estigmatizados. Por outro lado, os grupos liderantes tendem a preservar formas mais conservadoras, pois estas estão associadas ao prestígio social e ao poder.

Nessas etapas, começam a surgir mudanças estilísticas e estratificação social. Com isso, o reconhecimento social e a tendência à correção são mais visíveis de forma tardia e ocorrem quase sempre num sentido conservador. Essas “correções sistêmicas irregulares”, mencionadas no texto, referem-se a ajustes inconsistentes que ocorrem no uso da língua, muitas vezes influenciados por preconceitos e estigmas associados a variantes consideradas “não padrão”. Em vez de serem sistemáticas e uniformes, essas correções podem reforçar desigualdades linguísticas e sociais, dificultando a aceitação das variações como legítimas e funcionalmente adequadas no contexto da comunicação.

À medida que os estereótipos são associados a características sociais negativas, tornam-se estigmatizados. Nesse contexto, Roncarati (2008, p. 50) ressalta que é possível considerar que, quanto mais os falantes tomam consciência de qualquer mudança sistemática na língua, mais a rejeitam. O termo “estereótipos”, nesse caso, refere-se a construções linguísticas ou traços considerados inferiores ou desviantes em relação a uma norma padrão socialmente aceita. Esses estereótipos frequentemente emergem em discursos sobre “erros” ou “inadequações” da língua falada por determinados grupos sociais, sendo marcados por preconceitos que refletem hierarquias sociais e culturais. Assim, quando a sociedade associa esses elementos a práticas de menor prestígio, reforça padrões de exclusão e manutenção de desigualdades linguísticas.

Consequentemente, a mudança linguística leva em conta o prestígio das formas alternadas (variantes) em diferentes estágios de propagação. Assim, uma variante não é necessariamente mais prestigiosa que a outra, visto que: as variações ocorrem tanto entre formas igualmente aceitas pela tradição normativa quanto entre formas com status desigual na tradição normativa. Com isso, diversos fatores, como escolaridade, contato com a escrita, meios de comunicação e origem social, tendem a influenciar a ocorrência de formas padrões (Roncarati, 2008, p. 51).

Em razão disso, Roncarati (2008, p. 50) explica que é possível organizar a variação por meio de três subconjuntos, que são: realização através da estigmatização social ampla; abordagens não-estigmatizadas pela escola e sob estigmatização basicamente escolar. A realização através da estigmatização social ampla refere-se aos traços linguísticos que, por estarem associados a grupos menos favorecidos ou a características sociais depreciadas, são amplamente rejeitados pela sociedade, mesmo que os falantes nativos reconheçam sua legitimidade no uso cotidiano. As abordagens não-estigmatizadas pela escola, por sua vez, dizem respeito às formas linguísticas que, embora não sejam incentivadas no ambiente educacional, não sofrem rejeição explícita ou sistemática em outros contextos sociais. Já a

estigmatização basicamente escolar é aplicada às formas linguísticas que são condenadas prioritariamente no ambiente educacional, devido à imposição de uma norma padrão rígida que não considera as variações legítimas da língua em uso pelos falantes (Roncarati, 2008).

Ademais, Roncarati (2008) menciona que existem normas que valorizam o vernáculo local e informal, o que gera o prestígio encoberto. Existe uma relação entre prestígio encoberto e identidade social, orgulho linguístico e pertencimento a uma determinada classe social. Esse tipo de prestígio se manifesta quando uma variedade linguística específica é adotada como símbolo de identidade de um grupo, mesmo que não seja considerada padrão ou formal. De acordo com Roncarati (2008), o prestígio encoberto opera em oposição ao prestígio explícito, que se associa às normas consagradas institucionalmente, sendo frequentemente vinculado a contextos informais onde a autenticidade e a solidariedade grupal são mais valorizadas do que a adequação ao padrão normativo.

Essa dinâmica evidencia que o prestígio encoberto não se baseia na correção gramatical, mas sim na capacidade de refletir valores culturais e sociais compartilhados por uma comunidade. Assim, a manutenção e valorização do vernáculo local podem ser vistas como um movimento de resistência às imposições de homogeneidade linguística, promovendo a diversidade e reforçando os vínculos identitários dentro de um grupo social (Roncarati, 2008).

Além disso, homens e mulheres comportam-se de forma diferente neste domínio, como bem assinala:

Para explicar a regularidade da correlação entre processos variáveis e a variável gênero/sexo, Trudgill (1974) avança a hipótese de que os homens, diferentemente das mulheres, atribuem um prestígio encoberto às formas linguísticas (covert prestige, Labov, 1972). As variantes linguísticas estigmatizadas pela comunidade de fala possuem, muitas vezes, uma função de garantir a identidade do indivíduo com um determinado grupo social, um sistema de valores definido. Isso é, são formas partilhadas no interior de um grupo e assinaladoras de sua individualidade com relação a outros grupos sociais. Se um indivíduo deseja integrar o grupo, deve partilhar, além de suas atitudes e valores, a linguagem característica desse grupo. Nesse caso, determinadas formas de linguagem se investem de um status particular, embora sejam desprovidas de prestígio na comunidade linguística em geral (Roncarati, 2008, p. 52).

Após essa compreensão, Camacho (2011, p. 42) menciona que existem variantes em relação ao estilo linguístico, contudo, ele destaca que existem dois estilos extremos de transição entre diferentes estilos: o estilo informal, que reflete apenas minimamente a forma linguística, e o estilo formal, que reflete ao máximo a forma linguística. Em essência, a principal diferença entre estilos informais e formais é a adesão a formas padronizadas ou

variações de prestígio, ou seja, o estilo informal usa menos prestígio e formalidade cultural do que o estilo formal.

Há também uma forte ligação entre variações socioculturais e estilísticas. Segundo Camacho (2011, p. 42), para iniciar estas considerações, de acordo com a relação entre língua e sociedade, “[...] a variação linguística tem o mesmo valor que o seu falante tem na sociedade”. Assim, expressões como “*meninos espertos*” e “*umas três horas*”, que possuem sinais plurais em todos os seus constituintes, são consideradas socialmente prestigiosas entre os membros da comunidade e são, portanto, uma variante de prestígio. Em contrapartida, a ausência de marcas de plural nos constituintes, como “*menino esperto*” ou “*uma treis hora*”, são conhecidos como variantes estigmatizadas e não-padrão.

Nesse sentido, Camacho (2011, p. 42) ressalta que a distribuição de valores sociais se torna institucionalizada com a elevação de uma variedade de prestígio ao estatuto de língua padrão, que passa a ser veiculada para o ambiente escolar, meios de comunicação e governo.

É, portanto, importante que o indivíduo tenha internalizado nas suas competências linguísticas às formas alternativas de variedades padrão ou de prestígio, bem como as variedades não padronizadas, que também podem ser estigmatizadas, sobre as quais pode selecionar de acordo com as circunstâncias de interação. Camacho (2011, p. 42) ressalta que as condições sociais, porém, nem sempre permitem esse conhecimento. Nesse viés, no trecho a seguir, proporciona um exemplo dessa questão, em que um cobrador de ônibus orienta um passageiro que, por estar com a bermuda molhada, deve se levantar do acento. Vejamos:

- O ônibus vai parar e eu chamo a polícia.
- A polícia vai me prender porque estou suando?
- Vai botar o senhor pra fora porque é um... recalcitrante.
- O passageiro pulou, transfigurado:
- O quê? Repita, se for capaz.
- Re... calcitrante.
- Te quebro a cara, ouviu? Não admito que ninguém me insulte!
- Eu? Não insultei.
- Insultou, sim. Me chamou de réu. Réu não sei o quê, calcitrante, sei lá o que é isso. Retira a expressão, ou lá vai bolacha.
- Mas é a portaria! A portaria é que diz que o recalcitrante... (Andrade, 1975, p. 31-33 *apud* Camacho, 2011, p. 43).

A confusão resulta do uso de palavras cujo valor semântico não é conhecido com precisão por um dos falantes e cuja ocorrência é rara em situações de interação informal. A sua utilização limita-se a situações comunicativas em que é necessária a comunicação escrita, como o texto formal de um regulamento.

Verificou-se que as pessoas com níveis mais baixos de escolaridade e empregos que exigem apenas trabalho manual têm menor probabilidade de serem promovidas em razão das

suas capacidades de adaptação às novas regras. Segundo Camacho (2011, p. 43), essa dificuldade está relacionada à limitação no acesso a ferramentas educacionais que possibilitam o aprendizado das normas da variedade padrão, amplamente exigida em ambientes formais e de maior prestígio. Essas pessoas, frequentemente, não possuem oportunidades de desenvolver as habilidades linguísticas necessárias para ajustar seu estilo comunicativo às demandas específicas de interação em contextos profissionais e sociais mais elevados.

O trecho “capacidade de adaptação às novas regras” refere-se à habilidade de modificar o uso da linguagem conforme as expectativas de diferentes contextos sociais. Isso inclui o domínio da norma padrão em situações de maior formalidade e o uso de variantes mais informais em contextos cotidianos. A ausência dessa habilidade reflete a falta de estímulo no ambiente escolar e nas interações sociais que poderiam promover a consciência sociolinguística e a flexibilidade no uso da língua.

Portanto, como salienta Camacho (2011, p. 43), a escola tem um papel crucial em minimizar essas barreiras ao ensinar a variedade padrão como um recurso adicional, e não como um substituto, às variedades já dominadas pelo indivíduo. Essa abordagem possibilita que todos os falantes ampliem seu repertório linguístico, favorecendo sua inclusão social e ascensão profissional.

À medida que as crianças crescem, o sistema escolar deve lhes ensinar as expressões e a variedade-padrão, para que possam usá-las quando adultos e adaptar as suas expressões verbais à situação social em questão. De acordo com Camacho (2011, p. 43), na pedagogia da língua materna, deve ser respeitado o princípio de que todos os falantes, durante as interações orais, são capazes de adaptar o seu estilo de falar às diferentes situações sociais e decidir quais as formas alternativas mais adequadas no momento.

Ainda nesse sentido, um dialeto é escolhido como padrão quando comunidades específicas diferem na aceitação de variações dialetais devido a razões históricas, culturais, políticas e ideológicas. Camacho (2011, p. 44), explica que na história das línguas europeias, a escrita em ambientes com desempenho restrito foi um elemento importante na afirmação de uma língua em detrimento de outra. Como resultado, no nível linguístico, o português galego, a língua literária de Santiago de Compostela no século XII, tornou-se a expressão linguística do prestígio cultural e político de Santiago. No entanto, tal como os polos de poder mudaram (a Galícia agora faz parte de Espanha), também mudou a distribuição regional da variedade padrão em Portugal, outrora denominado Coimbra, mas agora denominado Lisboa.

Com base nisso, é possível questionar: existe uma possível conexão entre um espaço geográfico politicamente definido e a codificação da variedade padrão do Brasil? A esse respeito, Camacho (2011, p. 44) menciona que, enquanto múltiplas variações culturais, como a culinária, refletem influências regionais específicas, a codificação da variedade padrão linguística se orienta para centros culturais e políticos, como as principais capitais. Entretanto, o texto menciona a culinária de forma desconexa e sem relação direta com a questão linguística. Nesse sentido, ao excluir essa comparação inadequada, é importante destacar que o dialeto do Sudeste, especialmente o praticado em São Paulo e Rio de Janeiro, é geralmente associado ao prestígio linguístico. Isso se deve ao reflexo do poder e da autoridade exercidos pelas classes mais altas da região, que determinam normas econômicas, sociais e culturais de ampla influência no país.

Essa relação demonstra como a variedade padrão não é apenas uma questão de competência linguística, mas um reflexo direto das hierarquias sociais, políticas e econômicas, reforçando a ideia de que a norma culta está profundamente enraizada nos polos de maior influência dentro de uma comunidade nacional (Camacho, 2011, p. 44).

Desse modo, Gnerre (1985, p. 7) pontua que em qualquer caso, o estabelecimento de variantes padrão é inevitável e pode, portanto, ser definido como um conjunto codificado de normas linguísticas socialmente aceitáveis dentro de uma comunidade. Além disso, existem procedimentos informais que permitem que grupos sociais estabeleçam padrão com base no prestígio que recebem de suas comunidades. Nesse caso, outros falantes usam a linguagem da pessoa que respeitam como padrão para seu próprio comportamento verbal.

Os processos informais de padronização são geralmente acompanhados por etapas formais, como a codificação por meio de gramáticas normativas, que são reconhecidas como as variantes de maior prestígio e mantidas por instituições sociais como escolas, sistemas jurídicos e governos. Em alguns países, como Espanha e França, existem também academias literárias que estabelecem normas nacionais juntamente com organismos de normalização. Nesses casos, a linguagem escrita e as tradições gramaticais estão associadas a expressões educadas, essa diversidade torna-se a legítima portadora da tradição cultural e da identidade nacional (Camacho, 2011, p. 45).

Para descrever com mais precisão o processo de normalização, podem ser utilizados os termos *padrão* e *norma* de comportamento. De acordo com Camacho (2011, p. 45), os padrões comportamentais ocorrem quando uma proporção significativa de membros da comunidade se comporta de forma semelhante e consistente ao longo do tempo. Quando esse tipo de comportamento se torna modelo ou guia de interação social, torna-se um princípio de

comportamento, pode-se, portanto, dizer que as normas linguísticas derivam de uma variedade que é usada com certa constância e regularidade pela classe social de maior prestígio dentro de uma comunidade. Assim, uma diversidade ou padrão real utilizado efetivamente torna-se o padrão ideal para todos os outros membros da comunidade.

Além do exposto, Camacho (2011, p. 46) também menciona a função de prestígio, em que, para comparar uma língua ou variedade com critério de prestígio é necessário chegar o mais próximo possível das características ideais do modelo adotado. No processo de estabelecimento de padrões para as línguas europeias, por exemplo, o latim foi o padrão de prestígio a ser imitado. As variedades linguísticas europeias já associadas à escrita passaram por um processo distinto de adaptação lexical e sintática e seguiram sempre o modelo latino, em razão da sua função de prestígio.

Assim, Camacho (2011, p. 46) explica que uma variedade-padrão possui uma função objetiva e fornece referências para todas as expressões. Em razão disso, como medida corretiva, os falantes são julgados de acordo com sua conformidade ou desvio da variante padrão. Contudo, a tradição gramatical brasileira não apoia a crença de que as normas, uma vez estabelecidas, permanecem inalteradas e devem ser aplicadas em todas as situações sem alterações. Em geral, as variedades estigmatizadas são suprimidas pelas variedades padrão, enquanto as variedades excessivamente formais são apropriadas apenas quando existem contextos sociais em que a formalidade é elevada.

Nas escolas, é comum adotar uma abordagem prescritiva da gramática, com a gramática padrão codificada em manuais de gramática, levando a uma gramática excessivamente formal em todas as interações. O que ocorre, visto que o sistema educativo não dedica muito tempo ao ensino da língua falada, desse modo, uma gramática prescritiva desenvolvida com base na linguagem literária e escrita aplica-se a todas as situações interacionais, inclusive aquelas que ocorrem em situações informais. Camacho (2011, p. 46) explica que a aquisição da linguagem deve incluir não apenas a linguagem escrita formal e a falada informal, mas também diferentes gêneros textuais em cada modalidade.

Em relação a esse contexto, no âmbito social e escolar, a variedade linguística com maior prestígio é a chamada, língua padrão, norma padrão ou dialeto padrão. Como resultado, Marinho e Val (2006, p. 7) mencionam que ela é erroneamente considerada a variedade linguística portuguesa correta, enquanto todas as outras variedades da sociedade são consideradas incorretas e, portanto, menos influentes e menos importantes.

O uso de diferentes estilos de fala foi evidenciando a incapacidade do falante de usar a língua de forma eficaz em determinados contextos sociais. As linguagens estigmatizadas

foram consideradas incompletas, imprecisas e inadequadas por diferirem daquelas consideradas *norma padrão*. Assim, Marinho e Val (2006, p. 8) destacam que à medida que a linguística se desenvolveu, tornou-se claro que estas avaliações eram tendenciosas e discriminatórias contra os indivíduos e as suas classes sociais.

Da mesma forma, as variedades eram tão estigmatizadas quanto os seus falantes. Segundo Marinho e Val (2006, p. 8), essas diferenças foram vistas como um sinal de status social inferior e estigmatização, já que as ideias de certo e errado, educado e não educado, erudito e popular foram replicadas nas aulas de português na escola.

No âmbito escolar, essa forma de compreender as demais variedades linguísticas com menor prestígio que a norma padrão fez com que os alunos fossem rotulados com base na maneira como falavam. Por esse motivo, aqueles que seguiram as regras padrão foram valorizados, já aqueles que usaram regras fora do padrão eram, em muitos momentos, humilhados. Diferentes utilizações foram, portanto, não só eram desencorajadas, mas também discriminadas. Por fim, a figura do professor passou a intervir, chamando a atenção para o uso “errado”, ou “usos incorretos” que os alunos supostamente cometiam com frequência (Marinho; Val, 2006, p. 8).

O erro pode ser assim considerado e atribuído a uma estrutura que se afasta das regras composicionais do português e, por conseguinte, de todas as regras “naturais” da nossa língua padrão. De acordo com Marinho e Val (2006, p. 8), nessa perspectiva considera-se correto usar a linguagem de maneiras que se desviem das normas padrão, visto que na maioria dos casos seus usos diferem daqueles estabelecidos nas variedades de prestígio citadas anteriormente.

As autoridades escolares devem reconhecer a legitimidade de toda a diversidade linguística, incluindo tanto as normas padrão como as línguas utilizadas em grupos e nas interações sociais informais. Além disso, visa a facilitar a aquisição de variações padrão que reconhecidamente possuem alto prestígio social (Marinho; Val, 2006, p. 21).

Desse modo, foi possível constatar que o prestígio linguístico está direcionado a variedade linguística e o impacto que o uso da norma padrão tem sobre a recepção do sujeito em determinados contextos sociais. A estigmatização é direcionada ao preconceito presente na sociedade em razão do uso de variedades linguísticas com menor prestígio que a norma padrão, o que faz com que a variedade linguística dite a aceitação ou estagnação do sujeito no âmbito social.

6 DISCURSO E PODER

Como destaca Bagno (2003, p. 29), o preconceito linguístico é simplesmente uma manifestação de preconceito social, pois as sociedades politicamente corretas discriminam negros, índios, pobres, mulheres e deficientes evidenciando uma “parte visível” do jogo de

poder do grupo social, já que “não apenas a língua de alguém, mas também a integridade física, pessoal e social de alguém é avaliada”.

Na visão de Bagno (2003, p. 29), o preconceito social tem raízes em dois fatores, que são: a aceitação da língua como um sistema sutil e complexo que está intimamente relacionado com diversas formações sociais e inclusive, faz parte da construção identitária de seus falantes. O segundo fator é em relação a capacidade cognitiva demonstrada através da prática linguística, uma vez que uma pessoa considerada incapaz de falar sua língua materna “corretamente” geralmente é considerada incompetente.

Para Marques e Nicéas (2012, p. 119), a noção de linguagem “correta”, é na verdade, um ideal linguístico, uma meta que poucos alcançam, embora seja considerada “maltratado” pela maioria dos falantes. Buscando compreender essa ideia, é possível citar Bagno (2003, p. 29), que considera a linguagem como uma atividade social realizada por pessoas historicamente situadas, e como inerentemente heterogênea e dinâmica. Sendo assim, ele visou afastar o conceito de desvios e erros linguísticos.

Ademais, segundo Bagno (2003, p. 180), não existem erros mais “errôneos” porque estão relacionados à reputação do grupo ou indivíduo que causa esse erro, ou seja, ao prestígio desses indivíduos no âmbito social. Desse modo, um “erro” de um membro de prestígio social é percebido como um erro ou omissão que não permite preconceito.

Nessa perspectiva de investigação e acusação, Bagno (2003, p. 180) reconhece que a seleção de indivíduos pertencentes a classes desprestigiadas é um importante fato histórico e linguístico, considerando que tais indivíduos também sofrem estigmatização social. Esse processo reflete não apenas na exclusão social, mas também no reforço de preconceitos enraizados em aspectos linguísticos, frequentemente associados à ideia de inferioridade cultural. Nesse sentido, Marques e Nicéas (2012, p. 120) exemplificam que os esforços de mobilidade social do presidente Lula podem ter contribuído para a luta contra o preconceito linguístico no Brasil. A relevância desse exemplo reside no impacto que políticas de inclusão social e educacional exercem na desconstrução de estigmas, especialmente aqueles associados às variedades linguísticas frequentemente desprestigiadas. Assim, ao mencionar o estigma relacionado à diversidade linguística em comunidades socialmente desfavorecidas, é fundamental situar o contexto histórico e cultural que reforça tais preconceitos, indicando que as ações políticas e educacionais têm o potencial de promover uma mudança efetiva na percepção social sobre a língua.

As diferenças linguísticas tornaram-se objeto de debate e ferramenta de preconceito social, à medida que a mídia as enfatiza na sociedade brasileira. Segundo Marques e Nicéas

(2012, p. 122), ocorre, pois, os grupos com poder econômico e político também controlam discursos que produzem práticas sociais nas quais variantes linguísticas que estão distantes do grupo influente estão erradas e são silenciadas.

Nesse sentido, é possível perceber que com base na narrativa histórica realizada por Marques e Nicéas (2012, p. 123), pode-se perguntar se a norma padrão predominante no Brasil leva em conta os aspectos linguísticos únicos do Brasil. Visto que esta sociedade não só reflete estas desigualdades na sua linguagem, mas também se recusa a aceitar essa heterogeneidade, revelando as nuances sociais desta sociedade. Portanto, Bagno (2003, p. 181) sugere que é responsabilidade dos sociolinguistas enfrentar essa opressão social por meio do desenvolvimento de estudos descritivos do português brasileiro.

Nesse discurso padronizado que incentiva a forma “correta” de falar e escrever, uma determinada classe dominante define os valores que a classe dominante recebe. A linguagem é, nessa perspectiva, uma construção social coletiva. Alternativamente, as normas padrão representam uma ideologia dominante, visto que é perfeitamente compreensível perguntar “quem” e com que interesse a norma foi chamada de “correta” (Nunes; Ferreira, 2021, p. 7).

Essa ideologia dominante também propaga a ideia de que o domínio dos padrões e normas culturais é um meio de progresso social, e espalha o preconceito linguístico contra pessoas que não seguem regras gramaticais e usam variações da língua. Nesse sentido, Nunes e Ferreira (2021, p. 7) ressaltam que existe uma delineação em relação a polarização do português no Brasil entre duas variedades sociais principais: primeiro grupo é composto pelo “português brasileiro culto”, amplamente falado nas áreas urbanas; em segundo lugar, existem variedades que constituem o “Português Brasileiro Popular”, que é um dialeto considerado de caráter rural.

É possível distinguir de forma clara esses dois grupos a partir das seguintes características: os falantes do português brasileiro culto possuem uma educação formal completa, o que significa que estão constantemente expostos à cultura escrita. Já as pessoas que usam o português brasileiro popular têm maior probabilidade de viverem em áreas rurais, serem analfabetas ou usarem variedades linguísticas diferentes que não são oficialmente reconhecidos no idioma padrão (Nunes; Ferreira, 2021, p. 8).

Desse modo, de acordo com Nunes e Ferreira (2021, p. 8), o imaginário social estabelece a obrigação de utilização de uma linguagem padrão, independentemente do contexto ou das características linguísticas dos falantes. Com isso, estigmatizar e proibir o uso de línguas não padronizadas em sala de aula é particularmente problemático, já que

determinados grupos sociais são rotulados como falando ou escrevendo de forma incorreta e com base em seu “desempenho” linguístico.

No entanto, o início do século XXI é possível observar mudanças nesse cenário, com os professores a tornarem-se mais conscientes das contribuições da linguística e a rejeitarem princípios tendenciosos. Por exemplo, o estudo de Bagno (2014, p. 39) revela um novo paradigma para o ensino do português através de uma crítica à gramática tradicional:

Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de comportamento linguístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Nossa luta tem de ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade, da variedade e da pluralidade em todas as esferas da vida social, o que nos obriga a uma crítica do atual processo de renovação do imperialismo e de sua ânsia de hegemonia que se esconde sob o rótulo novidadeiro da globalização (Bagno, 2014, p. 39).

Assim, aplicando a teoria de natureza político-cultural, classifica-se (o quê?) como violência cultural, dado que a língua padrão é um dialeto geralmente mais comum entre os grupos sociais mais privilegiados. Com isso, impor seus ensinamentos aos menos privilegiados como única forma de falar é um retrocesso, já que existem outros fatores importantes além do idioma padrão que devem ser levados em consideração nesse processo. Além disso, Nunes e Ferreira (2021, p. 9) explicam que todas as variações linguísticas têm explicações plausíveis, mas são os privilégios concedidos a cada um que chamam a atenção, em razão disso, um grupo social não pode reivindicar superioridade sobre outro a partir desse fator.

Como é notório, os falantes de um determinado dialeto muitas vezes julgam a maneira como outros grupos falam com base em sua própria maneira de falar, levando-os a acreditar que as diferenças linguísticas são “erros”. Como resultado, tendem a assumir que os outros não falam bem e, por isso, ao expressarem uma linguagem não padronizada, distanciam-se da linguagem daqueles que modelam o seu comportamento linguístico (Nunes; Ferreira, 2021, p. 9).

Isso explica por que o preconceito é mais forte quando se refere a variações de uma mesma língua, já que não é comum que pessoas que possuem a mesma variação linguística aceitem pacificamente as variações diferentes. Segundo considerações de Nunes e Ferreira (2021, p. 9), embora alguns ainda desejem uma língua unificada, a diversidade linguística facilita a comunicação, proporciona uma fonte de recursos alternativos e torna a linguagem humana mais expressiva.

Nessa perspectiva, Chagas (2008, p. 70) destaca que existem tantas variedades linguísticas quantos grupos sociais distintos, contudo, independentemente de estar em um

determinado grupo, mais de uma variação pode existir em um único grupo social. Esse processo não é uma questão de acaso, aleatoriedade ou caos, mas sim condicionado por muitos fatores, para explicar a heterogeneidade sistemática do conhecimento linguístico. Deve-se notar que ele é altamente estruturado e também um sistema que permite a utilização de diferentes regras para expressar a mesma informação da mesma forma lógica e operacional, fazendo com que os falantes interajam socioculturalmente.

A variedade de línguas é determinada pela forma como e por quem são usadas. Nesse sentido, Chagas (2008, p. 71) pontua que além da língua materna do falante, cada falante aprende diferentes variedades da língua de sua comunidade linguística, e essa variedade pode diferir de outras variedades da mesma língua aprendida por outro falante. E esse processo, caracterizado pela dimensão de variedades, é conhecido como dialeto.

Não existe uma linguagem estática, visto que os falantes estão em uma variedade de aspectos geográficos, sociais e individuais. Nesse sentido, o falante busca usar a sintaxe da maneira mais eficaz possível, considerando que as diferenças não conseguem destruir a unidade da língua, o que importa é a comunicação (Chagas, 2008, p. 71).

Assim, as variedades linguísticas são eficazes na comunicação verbal e demonstram valores nas comunidades em que são faladas. Desse modo, Chagas (2008, p. 73) explica que quando se fala da diferença entre muitas formas de falar que compõem a história da língua, é comum existir um exemplar correto. Assim, a predominância do privilégio da variedade da norma padrão não significa que seja o mais correta.

Dessa forma, Chagas (2008, p. 73) explica que a linguagem desempenha um papel importante nas discriminações sociais, uma vez que os falantes das distinções mais populares têm preconceitos contra os falantes de outras variedades com menor favorecimento, o que cria dificuldade ao último mencionado.

Almeida (2023, p. 1) explica que como civis e membros de uma comunidade, onde se carrega diferenças individuais, por vezes motivadas pelos nossos próprios interesses. Com base nisso, vários especialistas acreditam que o país como um todo é cada vez mais movido pelo poder. Como resultado, é possível observar para os sistemas sociais e políticos, nos quais as relações de poder determinam a forma como os indivíduos usam os ambientes sociais e moldam os pensamentos e ações diariamente em relação às instituições e a dinâmica social do cotidiano.

De acordo com Almeida (2023, p. 1), o poder não é exercido apenas por uma autoridade central, mas é difundido e permeado através de práticas comunicativas e

instituições sociais. Em razão disso, violações diretas são utilizadas como ferramentas regulatórias e disciplinares. Como é verificado a seguir:

Trata-se dos procedimentos disciplinares que são praticados em instituições como hospitais, escolas, fábricas e prisões, garantindo uma vigilância e normatização da sociedade autorizada e legitimada pelo saber. Não são estabelecidos por meio de leis, mas pela concordância dos sujeitos para com os discursos de ‘verdade’ (Almeida, 2023, p. 2).

A linguagem serve como meio de poder e legitimação, além de ser um meio de comunicação. Consequentemente, sendo a língua o nosso principal meio de comunicação, a fala e a forma como falamos também estão intimamente ligadas a esta luta pelo poder, que pode ser crucial para satisfazer os desejos de uma classe dominante que quer perpetuar uma nova realidade ou mesmo estabilizar-se e impedir que ocorram mudanças que violem seus interesses (Almeida, 2023, p. 2).

A investigação nas ciências sociais e humanas, composta por filósofos, sociólogos e linguistas, permite-nos reconhecer os meios pelos quais as sociedades dominantes definem conceitos corretos e padronizados. Neste caso, estamos falando da busca pela padronização da língua a partir de normas gramaticais formais ou tradicionais (Almeida, 2023, p. 2).

São inúmeros os casos em que ocorre discriminação individual pela forma como alguém fala, um exemplo clássico é o rotacismo, no qual o som da letra “L” é transformado em som de “R” em um encontro consonantal, quando se fala [*bicicreta*] em vez de [*bicicleta*], [*fro*] para se referenciar a [*flor*]. De acordo com Almeida (2023, p. 5), essa realidade distorcida pode estar relacionada de alguma forma com a forma como as escolas tratam o ensino de línguas, e este tratamento é, portanto, condicionado pelas relações de poder que o rodeiam. Por exemplo, ao invés de seguir a língua que já está estabelecida e padronizada, é válido transformar a forma como os alunos são ensinados na escola, praticando o uso da língua e incentivando a reflexão sobre a temática.

Nesse sentido, os PNCs de Língua Portuguesa relatam este problema:

[...] o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença [...] a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala [...]. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (Brasil, 1998, p. 31).

Além dessas mudanças, há também desvios na ordem sintática, exclusão de partes de estruturas de palavras. Uma característica fundamental da variação é a identidade linguística,

que define a singularidade de cada falante e influencia a forma como os falantes percebem a si mesmos e aos outros.

Segundo Almeida (2023, p. 6), essa identidade consiste na língua materna: a língua adquirida e internalizada na infância; na variação geográfica: o dialeto falado naquele determinado lugar; na cultura: os costumes e crenças que são transmitidos de geração em geração e criam um sentimento de orgulho e pertencimento; e na experiência: interações com outras pessoas, nível educacional e experiência de vida. Contudo, as identidades linguísticas podem ser vulgarizadas e desacreditadas de acordo com os interesses da sociedade, o que permite a habilitação das formas alternativas das relações de poder.

É importante lembrar sempre que os desvios da gramática tradicional têm explicação científica, lógica e totalmente comprovável. No entanto, os falantes que não conseguem compreender o funcionamento “adequado” de uma língua são considerados ignorantes e “estúpidos” e são condenados por isso, como já analisado anteriormente. Mesmo com a presença de desvios, essas ocorrências são sinalizadas dentro da estrutura linguística que funciona perante o falante, apesar dele não conseguir perceber no processo da fala, esse fenômeno. Segundo Almeida (2023, p. 6), esse aspecto mostra que tudo pode ser sistematizado, contudo, esta perspectiva conservadora pode revelar as relações de poder que existem ao seu redor. É interessante considerar essa questão visto que, apesar de muitos avanços neste campo de pesquisa, ainda existe uma falta de compreensão do senso comum da população que chega a ser mística em relação ao uso da linguagem.

A compreensão e o comportamento das pessoas são reforçados e influenciados por mitos linguísticos criados por uma classe dominante com grande influência e controle social. Com base nisso, Bagno (2007, p. 40) apresenta oito mitos sobre o preconceito linguístico:

Mito nº 1 “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, Mito nº 2 “Brasileiro não sabe português” / “Só em Portugal se fala bem português”, Mito nº 3 “Português é muito difícil”, Mito nº 4 “As pessoas sem instrução falam tudo errado”, Mito nº 5 “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”, Mito nº 6 “O certo é falar assim porque se escreve assim”, Mito nº 7 “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” e Mito nº 8 “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social” (Almeida, 2023, p. 7).

Apesar de todos os mitos precisarem ser analisados para melhor compreensão sobre o poder que os indivíduos com maior prestígio social e que dominam a variação da norma padrão exerce sobre os demais, Almeida (2023, p. 7) aborda com mais ênfase o mito 4 e 8, os quais são fundamentais para essa discussão.

Ao tratar do mito 4, é possível notar que conforme explicado anteriormente, pessoas sem formação educacional tendem a utilizar mutações não padronizadas, incluindo o

rotacismo, o qual é uma condição mais comum em áreas com populações mais pobres e com menos recursos, longe dos grandes centros. Segundo Bagno (2007, p. 40), esse fenômeno representa um grande mito, pois está associado principalmente ao surgimento do português padrão, que é derivado do latim. Nele muitas palavras foram originalmente escritas com L, mas passaram a ser escritas com R no português, como “*clavu*”, que passou a ser escrito “*cravo*”. Portanto, Almeida (2023, p. 7) menciona que há lógica na cabeça do falante na hora de construir palavras, mas o que importa é como ocorre a conceituação de algumas variantes de prestígio em detrimento de outras, como aprendemos no decorrer do estudo.

Ainda nesse sentido, Bagno (2007, p. 80) pontua o seguinte:

Se dizer Cráudia, praca, pranta é considerado “errado”, e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a uma questão que não é linguística, mas social e política — as pessoas que dizem Cráudia, praca, pranta pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada “feia”, “pobre”, “carente”, quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola. Assim, o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social.

Ademais, ao abordar o mito 8, Almeida (2023, p. 8) menciona que embora alguns possam acreditar que a compreensão e a aplicação de normas padrão são suficientes para que os indivíduos alcancem o progresso social, este mito baseia-se na ideia de que as elites sociais mantêm a sua própria superioridade, apenas mais uma condição para auto-justificar todas as outras injustiças sociais em seu discurso.

O preconceito linguístico é uma manifestação de exclusão social que utiliza a linguagem como ferramenta para reforçar desigualdades e estigmatizar grupos menos favorecidos. A imposição de uma norma padrão privilegia determinados modos de falar e escrever, associando outras formas de expressão a estereótipos de inferioridade e incompetência. Essa padronização desconsidera a riqueza e a pluralidade linguística presentes em diferentes comunidades de fala, ignorando as particularidades culturais, regionais e sociais que moldam a língua. A polarização entre variedades cultas e populares evidencia como a linguagem pode ser usada para sustentar hierarquias sociais e econômicas. Apesar disso, a diversidade linguística deve ser valorizada como um recurso cultural e comunicativo, capaz de promover maior inclusão social e de enriquecer as interações em diferentes contextos. A superação do preconceito linguístico exige uma abordagem educativa que reconheça e respeite essa diversidade, desconstruindo estigmas e fomentando um ambiente de maior equidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados produzidos por esta pesquisa a partir da análise conjunta dos diálogos sociolinguísticos sustentados pelo rol de autores selecionados foram suficientes para esclarecer o problema de investigação, direcionado pela seguinte indagação: qual é o papel da influência do poder e do prestígio sobre o preconceito linguístico no Brasil? Foi possível indicar que a construção social dos idiomas em suas estruturas formais de uso da língua foi influenciada diretamente pelo poder exercido por classes dominantes e, evolutivamente, criou-se um desnivelamento que atribuiu prestígio absoluto à língua materna formal em detrimento dos dialetos informais, estimulando assim o preconceito linguístico em sociedades, como na sociedade brasileira.

Os resultados da pesquisa também foram capazes de demonstrar que há uma relação direta entre a construção da língua culta, a variação linguística e o (des)respeito linguístico existente no Brasil. Relação essa que tem sua origem simbiótica desde o período colonial, quando o letramento para o português de Portugal falado naquele momento social da população brasileira foi alocado como primordial, em detrimento das demais línguas existentes que, posteriormente, foram invalidadas e marginalizadas. O preconceito linguístico foi então estimulado pela estigmatização aplicada aos usos das variações do próprio português, possibilitados pelas interações dessa língua com outras línguas faladas em solo nacional, como as africanas e indígenas. Enquanto o português europeu era valorizado, a evolução fez com que o português brasileiro carecesse dessa valorização. É importante destacar que ainda existe muito preconceito contra a língua portuguesa e seus falantes, especialmente entre os gramáticos tradicionais.

Os resultados indicaram, ainda, que as variações linguísticas são importantes pois enriquecem a cultura linguística nacional. Os dialetos informais e variações existentes são muito mais que representações culturais, mas servem como meio de identificação social para os sujeitos. Na interação comunicativa, a diversidade linguística promove maior inclusão, expandindo assim a compreensão entre múltiplos sujeitos que interagem em uma determinada relação comunicativa. No entanto, os resultados também demonstraram que o racismo ou preconceito linguístico imposto como meio de controle das classes dominantes acabam por fragilizar a importância da variedade linguística, provocando assim exclusão de múltiplos sujeitos que se sentem marginalizados perante uma sociedade generalista que lhes impõem a obrigação de conhecimento e uso da língua padrão nivelada por um conjunto de normas e regras. Dos estudos analisados por esta pesquisa foi possível extrair algumas estratégias que são aplicáveis ao contexto social e escolar, sendo elas:

- a) A importância de a escola agir enquanto agente transformadora da realidade caótica da diversidade linguística no Brasil, trabalhando com a pedagogia da variação linguística para promover maior inclusão, consciência, criticidades e respeito às variedades linguísticas, chamando atenção para a necessidade de respeitar as diversas variedades linguísticas existentes na língua portuguesa, além de implementar uma formação continuada para os professores, guiada pela noção de uma pedagogia da variação linguística;
- b) Implementação de estratégias pedagógicas que promovam um ambiente educacional inclusivo, no qual as variedades regionais e sociais da língua sejam tratadas como legítimas e valorizadas;
- c) Formação de professores que lhes preparem para lidar com a diversidade linguística em sala de aula, utilizando práticas que desmistifiquem a ideia de "erro" linguístico e fomentem o respeito às variedades populares;
- d) Ações interdisciplinares, que integrem os estudos linguísticos a iniciativas de conscientização cultural, promovendo o diálogo entre a comunidade escolar e as diferentes comunidades linguísticas. Isso pode incluir projetos que explorem o uso das línguas em contextos específicos, como a mídia e a literatura regional, reforçando a pluralidade de formas de expressão de forma acolhedora, informada e respeitosa ;
- e) Valorização da diversidade linguística deve ser compartilhada entre educadores, gestores escolares e a sociedade como um todo, promovendo não apenas a inclusão, mas também a construção de uma educação que reconheça e celebre as múltiplas identidades culturais e linguísticas do Brasil.

É válido reconhecer que essa não é uma tarefa fácil, mas é emergente, o que requer maior empenho dos profissionais que interagem com a formação pedagógica dos sujeitos que irão construir novas relações sociais comunicativas e precisam ser conscientizados sobre o respeito.

A limitação desta pesquisa se concentrou na sua natureza teórica, visto que não foi realizada uma abordagem empírica capaz de expandir o campo dos seus resultados. No entanto, essa limitação não reduz a validade dos resultados aqui produzidos, visto que são amparados por múltiplos estudos e livros, abordagem da temática sob um ponto de vista crítico em Sociolinguística.

Recomenda-se que novos estudos sejam realizados, dando a alternativa de experimentarem na prática as os pontos de destaques indicadas por esta pesquisa, analisando seus resultados pós intervenção.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47. 1v.
- ALMEIDA, André Luiz de Andrade. Fala e poder: as suas relações sociais. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, 21., 2023. **Anais [...]**. Cascavel: Centro Universitário FAG, 2023. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/anais-2023/Anais-2023-65.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- AURELIANO, Niara Oiara Silva. **Entre o ‘galego’ e o ‘negão’**: identidade racial e morenidade no nordeste brasileiro. Orientadora: Nara Maria Carlos de Santana. 2021. 105f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro. 2021.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/546662252/Norma-Oculta-Lingua-Poder-Na-Sociedade-Brasil-eira-A-by-Marcos-Bagno-Z-lib-org>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto. 2014. Disponível em: <https://falaminhalingua.com/wp-content/uploads/2020/05/a-lc3adngua-de-eulc3a1lia-bagno.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F.(org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/2/110.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- CAMACHO, Roberto Gomes. O papel do contexto social na teoria lingüística. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 38, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3954>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas. *In*: Universidade Estadual Paulista. Prograd. **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 34-49, v. 11. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40354?locale=pt_BR. Acesso em: 27 ago. 2024.

CASELI, Helena de Medeiros; NUNES, Maria das Graças Volpe (org.) **Processamento de Linguagem Natural**: Conceitos, Técnicas e Aplicações em Português. 2 ed. BPLN, 2024. Disponível em: <https://brasileiraspln.com/livro-pln/2a-edicao>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAVALIERE, Ricardo. O conceito de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX. **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. 7, n. 2, p. 115-125, 2017.

CHAGAS, Carmen Elena das. O papel social da língua: o poder das variedades linguísticas. **Revista SoLetras**, n. 16, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/5011>. Acesso em: 28 ago. 2024.

DIETRICH, Wolf. O conceito de “Língua Geral” à luz dos dicionários de língua geral existentes. **DELTA: Documentação De Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada**, v. 30, n. esp., p. 591-622, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445062954859555797>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FABOVÁ, Diplomová. **Caminho do Português brasileiro desde a língua do colonizador até a língua da nação independente**. Tchêquia: Univerzita Palackého V Olomouci, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão e ensino de português no Brasil. **Palavras-revista em linha**, n. 4, p. 45-56, 2021.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **Principios sociolingüísticos y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

FIGUEIREDO, Denise Lima Santiago. O argumento indianista e o esforço unificador de José de Alencar em O Guarani. **Litterata: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões**, v. 8, n. 1, p. 201-222, 2018.

FIGUEIRÊDO, Suzan Cleyde Martins. **A origem do português brasileiro**: O caminho percorrido. 2012. 81f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FRANGIOTTI, Grazielle. A sociolingüística no ensino de línguas: a variação diastrática em manuais didáticos de italiano. **Revista de Italianística**, São Paulo, n. 38, p. 17-38, 2019.

GNERRE, Maurício. Linguagem, poder e discriminação. *In*: GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. Martins Fontes. 1985. Disponível em: https://www.academia.edu/36359288/GNERRE_Maurizzio_Linguagem_poder_e_discrimina

%C3%A7%C3%A3o_IN_Linguagem_escrita_e_poder_Martins_Fontes_1987_pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GILES, Howard; COUZENS, Jean M.; HENRY, Vincent E.; WHITSON, Jay A.; WILLIAMS, Angela. Accommodation theory: The dynamics of language use and adjustment. **International Journal of the Sociology of Language**, 1987.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. **Working papers em Linguística**, Santa Catarina, Brasil, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.

GOMES, Rodrigo. **Língua e cultura brasileiras: suas inter-relações e particularidades**. Editora Intersaberes, 2022. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pdcKEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Estima-se+que,+na+%C3%A9poca+do+descobrimento,+a+popula%C3%A7%C3%A3o+ind%C3%ADgena+no+Brasil+era+de+cerca+de+seis+mil%C3%B5es+de+pessoas,+falando+aproximadamente+300+mil%C3%ADnguas+diferentes+&ots=M4O6VKqa3O&sig=NIcuGdaL4xLbRdt3ZXYE2ZftlnE>. Acesso em: 18 set. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 24-28, 2005.

KIPPER, Elisângela. Aquisição de segunda língua em contextos de bilinguismo societal. **Letrônica**, v. 5, n. 3, p. 88-102, 2012.

LABOV, William. **Modelos sociolinguísticos**. Madrid, Ediciones Cátedra. Tradução de José Miguel Marinas Herreras, 1983.

LAPERUTA-MARTINS, Maridelma. Preconceito Linguístico. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 1, p. 305-326, 2017.

LIMA, Izete de Souza. **Acomodação dialetal: análise da fricativa coronal /S/ em posição de coda silábica por paraibanos residentes em Recife**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

LOPES, Eliana. Latim: da erudição à persuasão em textos publicitários. In: CONFORTE, André; BARBOSA, Flávio (org.). **Língua Portuguesa: a unidade, a variação e suas representações**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras, 2011.

LOPES, Mailson dos Santos. **Estudo histórico-comparativo da prefixação no galego-português e no castelhano arcaicos (séculos XII a XVI): aspectos morfolexicais, semânticos e etimológicos**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2019.

MARINHO, Janice Helena Chaves; VAL, Maria da Graça Costa. **Variação linguística e ensino**. Caderno do Professor, Belo Horizonte: Ceale, 2006. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2015%20Variacao_Linguistica.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARQUES, Girllayne; NICÉAS, Vinícius. Relações de poder e usos linguísticos: desvelando outra face. **Revista ao Pé da Letra**, v. 12, n. 2, p. 117-125, 2012.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Fabiana Raquel Leite. A língua geral paulista: “vocabulário elementar da língua geral brasileira”. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 19, n. 38, p. 264-267, 2022.

NUNES, Débora de Lima; FERREIRA, Emily Gonçalves de Medeiros. Língua como objeto de dominação: uma reflexão sobre o preconceito linguístico influenciado pelas relações de poder entre as classes sociais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7, 2021. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA111_ID2409_27102021000254.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A língua brasileira. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 29-30, 2005.

ORSI, Vivian. Tabu e preconceito linguístico. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, São Paulo, 334-348, 2011.

ROCHA, Maiane dos Santos. **A variação linguística no Brasil e o preconceito que seus falantes enfrentam**. Paraná: Uninter, 2021.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

RONCARATI, Cláudia Nívia R. de Souza. Prestígio e preconceito linguísticos. **Cardernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário**, n. 36, p. 45-56, 1. sem. 2008. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1101/textos/Norma_e_Ensino/RONCARATI_PrestigioEPreconceitosLinguisticos.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

ROSÁRIO, Maria José Aviz; MELO, Clarice Nascimento. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-line**, São Paulo, v. 15, n. 61, p. 379-389, 2015.

SAMPEDRO, Lois Manoel Juncal. **Para compreender e euro-região Galiza-Norte de Portugal**. Orientador: Fernando Alberto Baetas Oliveira Ruivo. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Economia Local) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

SANTANA, Leonardo Sampaio Baleeiro; EVANGELISTA, Elizângela Fernandes Pereira; BRITO, Andreia Firmino de Sousa; BARROS, Aragoneide Martins; FRANCO, Ludmila. A

linguística indígena brasileira e suas nuances. **Revista Científica FESA**, v. 1, n. 14, p. 63-77, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Apresentação de Carlos Faraco. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021. 392p.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Doa-se: lindos filhotes de poodle: variação Linguística, mídia e preconceito. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 22, n. 1, p. 223–225, 2008.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

SCHNEIDER, Maria Nilse. Variação e discriminação linguística no ensino e aprendizagem de línguas em comunidades bilíngues. **Calidoscópio**, v. 7, n. 1, p. 79-85, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5715/571561886009.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SILVA, Altamar Gonçalves da. **Preconceito linguístico: um panorama histórico do latim ao português brasileiro**. 2014. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Mikaylson Rocha da; GOMES, Almir Anacleto de Araújo. O papel das atitudes linguísticas nos estudos variacionistas e de contato dialetal no PB. **Cuadernos de La Alfal**, n. 12, v. 1, p. 53-70, mayo 2020. Disponível em: https://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/12_1_cuaderno_005.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOARES, Eliane Pereira Machado; SANTOS, Douglas Afonso dos (ed.). **Heterogeneidade e Ensino de Língua sob a Abordagem da Sociolinguística**. Foz do Iguaçu: Editora CLAE, 2022.

TEIXEIRA, Lovania Roehrig; OLIVEIRA, Caroline Pereira; MARQUES, Kassiely Odeth Vertelino. Considerações sobre variação linguística na língua Terena. **Raído, [S.l.]**, v. 15, n. 39, p. 80–100, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raído/article/view/14903>. Acesso em: 10 jul. 2024.

VALLE, Maria Lúcia Elia. **Não erre mais: Língua Portuguesa nas empresas**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

VIANA, Nildo. **Linguagem, Discurso e Poder: ensaios sobre linguagem e sociedade**. Pará de Minas, MG: Editora Virtualbooks, 2009. Disponível em: <https://www.afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Viana%2C%20Nildo/Linguagem%2C%20Discurso%20e%20Poder.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006. [1968].